



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1 **ATA DE 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE**
2 **MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS**
3 **QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG DO PODER**
4 **JUDICIÁRIO DO PARÁ, REALIZADA NO 21 DE JUNHO DE 2024, DE**
5 **FORMA PRESENCIAL NO AUDITÓRIO DA OUVIDORIA AGRÁRIA**
6

7 Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2024, às 9:00h, deu-se início
8 a 5ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão Permanente
9 de monitoramento, estudos, assessoramento das questões ligadas a
10 grilagem - CPMEAQLG, de forma presencial no auditório da ouvidoria
11 agrária. Participaram da reunião Des. Mairton Marques Carneiro, Ouvidor
12 Agrário e Presidente da CPMEAQLG; os membros e convidados: André
13 Luiz Filo-Creão Garcia Da Fonseca, Ouvidor Agrário Adjunto e Juiz titular
14 da Vara Agrária de Castanhal; Amarildo José Mazzutti, juiz titular da Vara
15 Agrária de Marabá; Antônio Fernando De Carvalho Vilar, juiz titular da
16 Vara Agrária de Altamira; Haroldo Silva Da Fonseca, juiz titular da Vara
17 Agrária de Redenção; Aldenor Gonçalves Do Nascimento, representante
18 do Instituto de Terras do Pará (Iterpa); Bruno Kono, Presidente do Instituto
19 de Terras do Pará (Iterpa); Girolamo Domenico Treccani, representante
20 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI);
21 Marcos Wagner Teixeira, representante da Defensoria Pública da União
22 (DPU); Janyce Maria De Almeida Varella Veiga, representante da
23 Procuradoria Geral do Estado (PGE); Eliana França Dos Santos Zacca,
24 representante da Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA);
25 Mario Alfredo Souza Solano, representante da Federação da Agricultura
26 e Pecuária no Pará (FAEPA); Adriana Afonso Nobre, representante da
27 Ordem Dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA); Herena Neves
28 Maués Correa De Melo, representante do Ministério Público Estadual
29 (MPE); Carlos Eduardo Barroso Bordalo, representante da Assembleia
30 Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Maíra Coraci Diniz, representante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

31 nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA
32 Nacional); Horácio de Miranda Lobato Neto, Juiz de Direito e Membro da
33 Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário do Estado do Pará
34 (CSF/PA); Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, Juíza de Direito e
35 Membro da Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário do
36 Estado do Pará (CSF/PA); Daniel Josef Lerner, representante do
37 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); A reunião foi gravada em
38 áudio e vídeo, com degravação realizada posteriormente. **ITEM 1:** DES.
39 PRESIDENTE: Bom, gente, bom dia a todos. Vamos dar início à nossa
40 reunião convocada especificamente para nós sabermos... atendermos a
41 solicitação dos componentes da Comissão Permanente de
42 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
43 Grilagem, e foi convocada especificamente para nós tratarmos assunto
44 INCRA nacional e estadual. Para isso, nós contamos com a presença das
45 pessoas que representam o INCRA nacional, Ministério do
46 Desenvolvimento Agrário, né, assim como também da Ouvidoria Agrária
47 nacional. E eu queria perguntar se algum representante das nossas... está
48 presente, da nossa superintendência aqui do Pará do INCRA. Não esteve
49 ninguém? Em que pese ter sido convocado, convocado para isso. Mas,
50 mesmo assim, vamos dar início à nossa reunião. Dra. Lena, por favor.
51 SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES MONTES: Bom dia. Agradecendo
52 a presença de todos em nome do desembargador Mairton, sou a Dra.
53 Lena, secretária-geral da Ouvidoria Agrária. Eu quero convidar para
54 compor a Mesa o Dr. Daniel Josef Lerner, coordenador-geral do
55 Departamento de Mediação do Ministério do Desenvolvimento Agrário,
56 representando o ministro Paulo Teixeira. DES. PRESIDENTE: Vamos
57 lá(F). [aplausos] SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES MONTES: Queria
58 também convidar a Dra. Maíra Coraci Diniz, diretora da Câmara de
59 Conciliação Agrária do INCRA. [aplausos] SRA. LENA VÂNIA MARTINS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

60 NUNES MONTES: Convidar também o Dr. Bruno Kono, presidente do
61 ITERPA. [aplausos] SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES MONTES:
62 Convidar o deputado Bordalo para compor a Mesa também. SR. CARLOS
63 EDUARDO BARROSO BORDALO: Posso ficar aqui, desembargador?
64 DES. PRESIDENTE: Pode. SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES
65 MONTES: Tá? Representando os membros da comissão... da
66 CPMEAQLG, tá? E o Dr. Mazutti também para compor aqui a Mesa,
67 representando os juízes agrários. [aplausos] DES. PRESIDENTE: Muito
68 bem. Os demais façam de conta que estão aqui conosco, tá, na Mesa. Os
69 senhores viram aí que nós estamos com uma modificação aqui. É que às
70 14h a Ouvidoria Agrária está também produzindo, viu, Dr. Bordalo, viu,
71 doutor... coronel? Estamos fazendo um curso de inteligência artificial para
72 as pessoas que se inscreveram, né, e nós estamos com uma modificação
73 tremenda. Termina uma coisa e começa outra. Daqui a pouco nós vamos
74 ter outra reunião com a Comissão de Conflitos Agrários, que nós estamos
75 aqui com a Dra. Josineide. Por favor, Dra. Josineide. Todos já conhecem,
76 é da nossa Comissão de Conflitos. Estamos também com o Dr. Horácio.
77 Dr. Horácio, apresente-se aí. As pessoas que estão dos Conflitos
78 Agrários. Nós temos também os nossos juízes agrários aqui. Dr. Haroldo
79 - por favor - é de Redenção, o Dr. Vilar é de... SR. ANTÔNIO FERNANDO
80 DE CARVALHO VILAR: Altamira. DES. PRESIDENTE: Altamira. Nós
81 estamos com... de Marabá, o Dr. Mazutti. E nós vamos iniciar a nossa
82 reunião. Quero informar que os demais membros da Comissão de
83 Conflitos Agrários não estão presentes porque estão em missão, certo?
84 Estão em missão e... por todo esse Pará. Se os senhores me
85 perguntarem, daqui a pouco eu posso até passar para a secretaria para
86 saber onde é que eles estão hoje, no dia de hoje, né, juntamente com os
87 funcionários daqui, viu, doutora, porque quando nós mandamos alguém
88 primeiro vai uma comissão precursora para saber como é que está a área.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

89 Aí depois, assim, que o juiz, com uma equipe de trabalho dele, vai para a
90 área, e posteriormente, essa é a nossa expertise aqui, nós fazemos a
91 nossa visita especificamente, em seguida nós fazemos termo de
92 mediação para depois nós verificarmos se vamos compor ou não. Na
93 maioria dos casos nós estamos compondo, graças a Deus, mas em outros
94 casos não, vamos ter que cumprir com a legislação. Mas o assunto aqui
95 é outro; é INCRA, né? Eu convoquei o doutor... presidente do ITERPA,
96 porque o ITERPA, nós temos que colocar, antes do Dr. Bruno era uma
97 coisa, era um INCRA, hoje, e o ITERPA hoje é uma excelência, né? O
98 INCRA está deixando a desejar, né, ao meu modo de ver e também ao
99 modo da Comissão de Questões Ligadas à Grilagem. Então, por isso o
100 deputado Bordalo, juntamente com a FAEPA... O Ministério Público
101 Estadual está presente? Não. Dra. Naira está presente? Solicitaram, entre
102 outros... aliás, foram todos os componentes que solicitaram esta reunião,
103 viu, doutora? Viu, doutor? Foram eles que motivaram para que nós
104 tivéssemos os senhores hoje aqui. Então, eu começaria com o deputado
105 Bordalo. Por favor, deputado Bordalo. Fazer uma exposição aqui para os
106 nossos representantes do INCRA que estão aqui, representando o
107 Ministério, representando ao INCRA. SR. CARLOS EDUARDO
108 BARROSO BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
109 PRESIDENTE: Fique à vontade. Não sei se vai fazer produção, não sei...
110 Eles querem saber por que eles estão aqui. SR. CARLOS EDUARDO
111 BARROSO BORDALO: Bom dia. DES. PRESIDENTE: Essa que é a
112 verdade, não é, doutora? Não é, não, doutor? SR. CARLOS EDUARDO
113 BARROSO BORDALO: Bom dia, Dr. Mairton - prazer sempre encontrá-lo
114 -, toda a equipe aqui da Ouvidoria Agrária do nosso egrégio Tribunal de
115 Justiça, Srs. Membros, Sras. Membras. Todos nós temos muita
116 consciência que formamos esta comissão, do nosso papel aqui. O nosso
117 papel aqui é, acima de tudo, construir pontes. E essas pontes pressupõem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

118 um nível de interlocução institucional cada vez mais intensa e normal. Não
119 quer dizer que nós que estamos aqui temos que pensar todos a mesma...
120 da mesma forma, porque nós sabemos que a questão agrária envolve
121 dimensões e facetas múltiplas e complexas. E cada ator nesse processo
122 tem um papel, e tem um papel importantíssimo. Quando uma dessas
123 peças ou duas não conseguem dialogar dentro de um padrão aceitável,
124 isso faz o motor parar. É igual um motor de carro. Se a correia é quebrada,
125 aqueles carros antigos, Dr. Mazutti, o carro para. E nós temos sentido a
126 ausência de uma maior possibilidade de interlocução institucional,
127 operacional, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
128 Portanto, foi unânime a decisão de convidar o INCRA para um debate
129 institucional com o INCRA, escutar o INCRA, saber como o INCRA avalia
130 hoje o cenário da questão agrária no Pará, que tipo de perspectivas ele
131 tem a nos apresentar, que tipo de solicitações também tem a nos fazer,
132 para que a partir daí nós possamos construir algumas modelagens de
133 trabalho e avançar, porque o que nós queremos, acima de tudo, é que o
134 Estado do Pará deixe para trás, definitivamente, uma circunstância
135 conflitiva permanente para cada vez mais ingressar em um padrão de
136 estabilidade política e econômica no campo paraense para podermos
137 efetivamente usufruir do nosso potencial. Aqui está em questão o
138 potencial de desenvolvimento com inclusão social do nosso Estado, que
139 é a questão da terra, a questão agrária. O problema do conflito ainda por
140 vezes se coloca como forte impeditivo para alcançarmos isso. Então,
141 doutor, era uma tentativa mais de ouvir e criar alguns protocolos de
142 trabalho futuro. Obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado.
143 Eu queria que Dra. Naira, promotora de Justiça, também se manifestasse.
144 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Dra. Herena,
145 doutor. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: É a Dra.
146 Herena. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Dra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

147 Herena, doutor. DES. PRESIDENTE: Ô, Dra. Herena. Ô! [risos] DES.
148 PRESIDENTE: Desculpa, doutora. Toda vez eu me engano com o seu
149 nome, minha doutora. [ininteligível]. SRA. HERENA NEVES MAUÉS
150 CORREA DE MELO: Primeiramente, bom dia a todas as pessoas
151 presentes. Agradeço a oportunidade desse momento convocado pela
152 Ouvidoria Agrária do Estado do Pará. É muito importante que a política
153 fundiária do Estado do Pará seja talvez alvo de uma governança efetiva,
154 e isso a gente só pode fazer com os órgãos fundiários. Não só os órgãos
155 fundiários responsáveis pela política fundiária em si, mas também com
156 todos aqueles atores que compõem o sistema de justiça e que participam
157 efetivamente dessa construção, porque nós sabemos que ainda no Pará
158 nós estamos correndo atrás de revisitar questões históricas,
159 principalmente aquelas ligadas ao que a gente chama de grilagem de
160 terras e que advêm de fraudes cartoriais, de fraudes documentais, às
161 vezes não só cartoriais, porque muitas vezes nem existia o cartório, o
162 cartório era inventado e apenas o carimbo era dado, e aquilo passava
163 como algo verdadeiro. Então, assim, a gente... infelizmente, a gente ainda
164 está nesta perspectiva no Estado do Pará. Mas nós temos soluções
165 efetivas que nós já construímos juntamente com a Universidade Federal
166 do Pará, o próprio Ministério Público Federal e Ministério Público do
167 Estado que a gente precisa avançar e, quem sabe, até apresentar
168 novamente, se o INCRA ainda não conhece, se o ITERPA... acho que o
169 ITERPA já conhece, essas possibilidades de soluções efetivas para que
170 a gente tenha transparência. A nossa questão eu acho que básica para
171 essas questões é a palavra “transparência”. Então, essa é a minha
172 mensagem inicial. Uma boa reunião a todos. DES. PRESIDENTE:
173 Obrigado. Eu queria também pedir que a FAEPA, através do seu
174 representante, se manifestasse, por favor, inicialmente. É meu pedido
175 [ininteligível]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sr.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

176 Desembargador, presidente da comissão, bom dia. Em seu nome, me
177 permita cumprimentar todos os membros da comissão. Srs. Visitantes,
178 bem-vindos, serventuários. Fico feliz de revê-los com saúde, que é o mais
179 importante. Senhores, foi dito pelos que me antecederam a questão da
180 causa desta reunião. Eu acrescentaria mais alguma coisa, que é a
181 questão de invasão de propriedade. Nós representamos aqui a Federação
182 de Agricultura e Pecuária dos Produtores Rurais. E aqui fica claro que
183 independe se é pequeno, médio ou grande. Nós defendemos todos, o
184 setor produtivo paraense. E nesse sentido, não há de se conceber que,
185 em pleno século 21, ainda termos justamente invasão de propriedade
186 privada por necessidade de terra, ainda mais em um Estado continental
187 ao qual nós estamos. Então, eu vou deixar algumas indagações sobre
188 esse caso especificamente aos senhores que estão representando o
189 INCRA para, em seguida, continuar da reunião, e agradeço o privilégio de
190 recebê-los aqui, que, aliás, estávamos ansiosos para essa reunião. Muito
191 obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Temos também aqui,
192 doutores, viu, representante da FETAGRI, é isso, Dr. Girolamo? Muito
193 obrigado por vossa presença. O senhor estava sumido. Não suma da
194 gente, não. Professor. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Bom
195 dia. Na realidade, representação institucional, não pessoal, a FETAGRI
196 se fazia presente com o seu titular, eu já fui titular, agora sou suplente,
197 mas é sempre, evidentemente, um prazer voltar para esta Casa. Bom dia
198 a todas e todos. Gostaria de saudar quem está neste momento nos
199 visitando, mas também aqueles que desde sempre procuram trabalhar
200 para a consecução da justiça. O levantamento da Comissão Pastoral da
201 Terra 2023, lançado no começo deste ano, revelou ao Brasil que no ano
202 passado foi o ano com o maior número de conflitos no campo da história
203 recente do Brasil. A CPT faz essa análise desde 85. E 2023 foi o pior ano,
204 com os piores desempenhos. O Estado do Pará não é mais, pelo menos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

205 no ano passado não foi, aquele que, como sempre, nas últimas décadas
206 estava na lista, no topo da lista, mas ainda está em uma posição que
207 precisamos alterar. E acho que um primeiro momento que é fundamental
208 é: a presença da Ouvidoria, do INCRA e de representante do MDA, da
209 Ouvidoria do MDA, nos ajudaria, acredito eu, a colocar algumas questões
210 na mesa. A primeira: eu não sei se o INCRA e se o ITERPA sabe quantas
211 terras são deles e onde ficam. Se sabem, essa informação não está
212 sistematizada e não está publicizada. E nós entendemos, enquanto
213 FETAGRI, que essa informação deveria ser pública, pois não é protegida
214 pela Lei de Proteção de Dados Pessoais. Essa lei protege outras coisas,
215 não esse tipo de informações. Terras destinadas, e aí vai. Portanto, a
216 presença da senhora, dos senhores, poderá ajudar a esse Estado a ter
217 uma nova cara, aonde a transparência, que é sinônimo de democracia,
218 possa de fato ser implementada. Nós já fizemos muitos esforços. A
219 própria criação dessa comissão no longínquo 2007, portanto, já passaram
220 décadas desde a sua criação e instalação, já enfrentou várias questões,
221 vários debates. Sempre mais, porém precisamos ter a coragem de
222 avançar. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, Dr. Girolamo.
223 Nós estamos também aqui com a Defensoria Pública da União. Por favor,
224 doutor. SR. MARCUS WAGNER TEIXEIRA: Bom dia a todos e a todas.
225 Está ligado? Bom dia a todos e a todas. Saúdo aqui a Mesa e os presentes
226 aqui em nome do desembargador, Dr. Mairton. Eu só queria pontuar que
227 normalmente, quando a gente recebe instituições externas,
228 normalmente... Não é... não estou dizendo que seja o caso das
229 instituições que estão aqui presentes, eu já trabalhei com alguns, sei que
230 não é o caso deles, mas normalmente eles vêm querer ensinar para a
231 gente como a gente tem que fazer regularização fundiária no nosso
232 Estado. E regra geral, inclusive o próprio INCRA aqui tem uma expertise...
233 eles têm expertise de como fazer o INCRA, seja a superintendência local,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

234 a do Sudeste do Pará e a do Oeste, eles sabem como fazer. O nosso
235 grande problema que a gente vem enfrentando aqui é falta de estrutura.
236 A gente tem alguns compromissos que o INCRA assumiu, por exemplo, a
237 gente teve até uma reunião recente aqui sobre [ininteligível] com o Dr.
238 Bruno, a DPU se reuniu recentemente com ele, e a gente percebe que a
239 parte que cabia ao INCRA local foi feita, mas, infelizmente, em algumas
240 situações que dependem, por exemplo, do INCRA nacional, regra geral,
241 liberação de verbas... A gente tem aqui... a gente teve aqui nos últimos
242 anos uma grande quantidade de servidor que está aposentado do INCRA,
243 do nordeste do Pará, por exemplo, e a gente não teve a contrapartida de
244 novas contratações, de novos servidores alocados para cá. A gente está,
245 por exemplo, em andamento no concurso nacional e a gente não tem
246 ainda, mesmo com esse concurso nacional em andamento, que ainda não
247 terminou, a gente não tem ainda um quantitativo razoável direcionado
248 para o Estado do Pará, mesmo a gente sendo o Estado que... talvez um
249 dos Estados que mais tenha conflitos agrários. A gente tem um problema
250 de a gente não ter, por exemplo, em Altamira, que é uma região super
251 problemática, uma superintendência específica para Altamira. Então a
252 gente tem alguns problemas que dependem, sim, da deliberação e da
253 decisão política dos órgãos de Brasília, especialmente o MDA, aqui
254 representado. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Nós estamos
255 com a Anoreg presente? Não veio? Ministério Público Estadual já falou.
256 O Ministério Público Federal. Não veio? A OAB. Por favor, doutora.
257 JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA VEIGA: Bom dia a todos.
258 Desculpem pela voz. Ontem foi a festinha lá dos meus filhos, e a gente
259 gritando para eles prestarem atenção, olharem para foto, então eu fiquei
260 assim, com essa voz. Eu... Nós todos sabemos que para que avance a
261 paz no campo, esse relacionamento entre Estado e União, a gente tem
262 que começar por essa reunião aqui, tá, que foi muito bem convocada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

263 Agradeço a presença de vocês, tá, espero que a gente... assim como o
264 ITERPA já avançou bastante, a gente consiga também avançar nesse
265 relacionamento com o INCRA. Muito obrigada. DES. PRESIDENTE:
266 Procurador-Geral do Estado está presente? Não, não veio? Bom, Dr.
267 Bruno, suas considerações iniciais, por favor. SR. BRUNO YOHEIJI
268 KONO RAMOS: Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer,
269 desembargador Mairton, pelo convite, estar aqui participando com vocês.
270 Eu que já participei antes da presidência do ITERPA, era membro também
271 dessa comissão, e a gente tem a percepção clara hoje em termos de
272 gestão o quanto ela evoluiu, o quanto ela amadureceu, inclusive para a
273 gente saber realmente do que a gente precisa, para que a gente possa
274 melhorar esses dados que o Prof. Treccani colocou. Envolve
275 regularização... A questão de mediação, questão de resolução de
276 conflitos, tem que passar realmente, de fato, por investimento também em
277 regularização fundiária, são paralelos, eles, na verdade, se apoiam.
278 Então, eu fico muito feliz de estar aqui nesta Casa com diversos amigos,
279 na verdade, que nós temos um grande diálogo. E podem ter certeza que
280 não falta esforço do ITERPA, da equipe do ITERPA, para tentar buscar
281 essas soluções, em especial inovações nos métodos de solucionar... para
282 solucionarmos conflitos. Eu sempre falo que diversos remédios já existiam
283 e vimos que eles não eram eficazes ou tinham baixa eficácia. Então, acho
284 que nos cabe também construirmos essas novas formas de resolução de
285 conflitos e, de fato, e efetivamente, de forma concreta, levarmos solução
286 para o campo, para quem está em conflito e para quem não está em
287 conflito, já acessar o serviço público de regularização fundiária, tá bom?
288 Muito obrigado a todos. E, desembargador, obrigado pelas suas palavras,
289 obrigado pelo reconhecimento. Para nós, enquanto servidores públicos,
290 isso aí faz uma diferença muito grande. É extremamente estimulante e
291 motivador ver que os nossos resultados estão contribuindo para o nosso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

292 Estado. Obrigado mesmo. DES. PRESIDENTE: Bom, eu solicitei dos
293 nossos juízes agrários, viu, doutor, pendências existentes dentro dos
294 processos que estão em andamento e processos findos já também. Mas
295 como eu solicitei ontem, não deu tempo para eles prepararem, né?
296 Inclusive, alguns estavam de viagem para cá, para Belém. Mas, Dr.
297 Haroldo, o senhor tem alguma coisa para me acrescentar hoje, que nós
298 estamos com o nosso representante do INCRA aqui? Ele é o juiz da região
299 de Redenção, no sul do Pará. SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Bom
300 dia a todos. Assim, especificamente pendências eu não teria para falar,
301 como o senhor bem disse, não deu tempo de a gente preparar, mas eu
302 gostaria só de pontuar um dos grandes problemas que a gente tem na
303 solução dos conflitos e na resolução dos conflitos, quando ele se torna
304 um processo, que é: às vezes, o início das tratativas, o incentivo por parte
305 da instituição, das instituições, de que aquele determinado imóvel, aquela
306 terra, seria desapropriada, e dá-se início a uma sequência de trabalhos,
307 cria-se uma expectativa, e ao final essas terras não são encaminhadas
308 para a finalização e o assentamento dessas pessoas. Gera um problema
309 muito grande para aquelas pessoas que estão assentadas, inicialmente
310 assentadas, que estão ocupando a área, e também para o produtor rural.
311 Isso é um dos grandes problemas que a gente tem principalmente na hora
312 do julgamento do processo e na hora da desocupação, porque se não...
313 se a terra não foi destinada à reforma agrária, ela vai ser devolvida ao
314 proprietário, e aí a gente tem um problema que se avoluma em situações
315 estratosféricas, e quando muito... não muito, acontece a piora na violência
316 do campo. Então era isso que eu queria colocar, desembargador. DES.
317 PRESIDENTE: Dr. Antônio Vilar. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE
318 CARVALHO VILAR: Bom dia, bom dia a todos. Sou Antônio, juiz da Vara
319 Agrária de Altamira. No que diz respeito à Pauta do INCRA,
320 desembargador, encaminhei ontem... como estava também em viagem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

321 aqui para Belém, encaminhei somente dois processos que eu recordei de
322 cabeça. Encaminhei para a Lívia. Mas existem várias outras demandas
323 envolvendo o INCRA, inclusive processos que acabaram sendo
324 sentenciados mesmo sem a manifestação necessária do INCRA. Vem
325 causando certo prejuízo na prestação jurisdicional. Eu acredito que com
326 a vinda de um representante da instituição a gente possa aproximar
327 nossa... estreitar as relações, ter um canal de diálogo, como foi colocado
328 aqui por outros integrantes da comissão, para que a gente possa, de fato,
329 prestar uma jurisdição mais célere, de qualidade ao jurisdicionado, tá?
330 Obrigado a todos. DES. PRESIDENTE: Bom, eu pediria que o Dr.
331 Horácio, da Comissão de Conflitos... Ah, falta o Dr. Mazutti, mas daqui a
332 pouco o senhor vai falar, doutor. Mas o Dr. Horácio, de Conflitos Agrários,
333 já de outra comissão. Fique à vontade, doutor. SR. HORÁCIO DE
334 MIRANDA LOBATO NETO: Bom dia a todas e todos. Bom dia especial
335 aos representantes do INCRA. É com muito entusiasmo que a gente os
336 recebe, porque, conforme o deputado Bordalo disse, nessa engrenagem,
337 a peça, que é representada pelo INCRA, é de fundamental importância
338 para que esse motor esteja perfeitamente azeitado. E eu integro a
339 Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário paraense,
340 comissão essa que foi criada recentemente, no final do ano passado, e a
341 gente tem como missão, como função, tentar estabelecer conciliações e
342 mediações nos conflitos, buscando soluções alternativas e não violentas
343 para os conflitos que se apresentam. E nesse contexto, o INCRA é de
344 fundamental importância. É um ator necessário para que a gente possa
345 encontrar um bom termo ao final. Então, eu espero que a gente possa, de
346 fato, estreitar as relações. A relação interinstitucional com o INCRA é
347 indispensável para que a gente possa lograr êxito nas nossas atribuições.
348 E aqui no Estado do Pará nós temos uma peculiaridade, não sei se isso
349 se reproduz em outros Estados da Federação, no que diz respeito ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

350 INCRA: é que aqui nós temos três superintendências, que é a
351 superintendência aqui da Região Metropolitana e Nordeste do Pará,
352 temos a superintendência de Marabá e de Santarém. E o que a gente
353 observa, pelo menos de um olhar externo, é que essas superintendências,
354 elas não dialogam entre si. Então, a gente precisa... e aí já... eu não quero
355 me intrometer na questão interna, administrativa, do INCRA, do órgão,
356 mas a gente precisa, penso eu, encontrar estratégias para que esse
357 diálogo possa ser feito de maneira mais assertiva, de maneira mais
358 pontual, com as três superintendências, e que elas também possam
359 dialogar entre si. Então, no primeiro momento, essa é a minha mensagem,
360 está bem? Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, doutor. Eu
361 queria que a Dra. Josineide, nossa professora, componente da
362 comissão... de conflitos regional e nacional... Com a palavra, doutora.
363 SRA. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS: Obrigada.
364 Obrigada, Dr. Mairton. Eu gostaria de saudar a todos que integram essa
365 Mesa e a todos os que estão presentes nessa reunião. Para mim também
366 é um grande prazer, uma alegria, participar pela primeira vez da reunião
367 da Comissão de Combate à Grilagem, eu que integro a Comissão de
368 Soluções Fundiárias do TJ Pará e também a Comissão Nacional de
369 Soluções Fundiárias no CNJ. Ver esse trabalho conjunto, das duas
370 comissões se reunindo pela primeira vez hoje, é motivo de muita alegria,
371 porque eu entendo que não são atividades dissociadas; elas têm um
372 escopo comum, e essa articulação e esse diálogo interinstitucional, como
373 foi colocado no início da reunião, são muito favorecidos para a atuação
374 de todos nós. É claro que os problemas que envolvem as questões no
375 campo do Pará são muito conhecidos nossos. Eu tive a oportunidade de
376 ingressar nesse campo de atuação de trabalho, eu que sou juíza do
377 Tribunal de Justiça do Pará há 20 anos, em função de uma atuação na
378 pacificação de conflitos a partir, primeiramente, dos referenciais da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

379 Justiça Restaurativa em questões socioambientais em Santarém,
380 depois... e isso me levou a um trabalho de pesquisa no âmbito da
381 Academia, e hoje tenho a oportunidade de integrar as comissões de
382 Soluções Fundiárias, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito
383 estadual. A atuação nesses campos traz muitos desafios que são muito
384 conhecidos de todos, mas qual é o nosso papel? E eu falo como juíza
385 mediadora, como juíza facilitadora de diálogo, eu tenho um papel
386 estratégico muito importante e me sinto muito privilegiada por estar nessa
387 condição. Diferentemente da minha condição de juíza que produz provas,
388 que precisa estar vinculada, restrita, a uma moldura processual, que me
389 restringe de algum modo, nesse papel de juíza mediadora, de juíza
390 facilitadora do diálogo, eu tenho mais possibilidades de atuar de forma
391 flexível, sem essa moldura que amarra o juiz dentro do processo, e de
392 buscar um diálogo mais favorecido entre todos os interessados. E penso
393 eu que esse nosso papel, a despeito das inúmeras demandas que estão
394 em torno de um conflito fundiário, agrário, socioambiental, ele precisa
395 focar na proteção das pessoas mais vulneráveis. Então, não... E aí, eu
396 não quero me estender muito, mas apenas trazer dois aspectos da nossa
397 atuação nas visitas em campo. Temos visto muitas pessoas que são
398 taxadas com a pecha de invasores, mas que são, de fato, trabalhadores
399 rurais, são pequenos trabalhadores rurais. E duas situações trazem muita
400 angústia e demandam que nós possamos, enquanto poder público,
401 enquanto instituições, pensar conjuntamente soluções que vão para além
402 da capacidade de diálogo e de negociação entre essas pessoas que
403 ocupam determinados territórios e os proprietários que estão litigando
404 naquele caso concreto. Então, uma dessas situações ocorreu...
405 vislumbramos em Alenquer, no interior do município de Alenquer, mais de
406 30 horas até chegar no local do conflito desde a saída de avião de Belém,
407 passando pelo barco de Santarém até Alenquer e mais uma hora e meia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

408 de carro até o local do conflito. Então, essas pessoas que ocupavam
409 aquela área são pessoas oriundas de famílias que dez anos atrás haviam
410 negociado com o proprietário. Nessa negociação, o proprietário
411 pretendeu a regularização fundiária de uma certa área, conseguiu essa
412 regularização fundiária, arrecadou terra pública pelo processo... pelos
413 processos regulares e delimitou a sua área, e lá passou a exercer a sua
414 atividade econômica e fez uma negociação com quem estava ocupando
415 na época: “Vocês ficam até aqui, porque daqui para cá é a minha terra”.
416 Tudo ok, as pessoas conseguiram cumprir esse acordo com o proprietário
417 até um certo ponto. E ali dez anos depois, algumas daquelas pessoas que
418 estavam até aqui tinham adentrado, ou outros adentraram, mas a
419 questão, a grande questão que fica na cabeça dessas pessoas é: “Por
420 que ele, o grande proprietário, conseguiu a regularização fundiária?”, e
421 está lá, ele pode fazer empréstimo bancário, ele pode usar todos os
422 recursos para desenvolver sua atividade econômica, e os pequenos
423 trabalhadores rurais que ficaram até aqui, que é supostamente uma área
424 pública, ninguém sabe, como a indagação do Prof. Treccani,
425 supostamente era uma área pública, mas os pequenos produtores rurais
426 não conseguiram a regularização fundiária dez anos depois. Então, essa
427 é uma das grandes indagações. Outra indagação também dentro dessa
428 nossa... que eu trago é que também com a pecha de invasores muitas
429 pessoas estão em constante deslocamento. Nos deparamos com um
430 grupo que ocupa uma área imensa de uma propriedade, que, dentro da
431 moldura processual, ela é uma propriedade privada, mas ao
432 questionamento de que ali existem terras públicas, dentro daquela
433 propriedade, e as pessoas ocuparam essas áreas, muitas delas oriundas
434 de uma verdadeira peregrinação em busca de um lugar para produzir.
435 Algumas passaram por um processo de desintrusão, estavam ocupando
436 terras indígenas, passaram por um processo de desintrusão, mas só



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

437 sabem viver da terra, do uso da terra, e aí precisam buscar outras áreas
438 para produzir. Então, essa é uma grande indagação que nós fazemos,
439 porque para construirmos soluções fundiárias, nos casos que temos em
440 mãos a gente não consegue se a gente incluir no diálogo apenas os
441 ocupantes e os proprietários que estão litigando. Essa é a função do
442 processo. E os processos que nós temos em mãos, muitas deles têm
443 sentenças, têm liminares, sentenças de mérito em Primeiro Grau e
444 sentenças de Segundo Grau, com a definição jurídica para o caso, mas
445 com uma ineficácia social e fática porque a decisão não pode ser
446 cumprida. E aí, como membros da Comissão de Soluções Fundiárias, a
447 gente está nessa posição de juízes mediadores e facilitadores do diálogo
448 pinçando soluções, mas se a gente não incluir criativamente
449 possibilidades, a gente não vai sair do que já tem sido feito há anos e
450 anos. Então, se a gente identificar nesses lugares de conflito onde estão
451 as terras públicas e a gente viabilizar, de fato, a possibilidade de esses
452 ocupantes terem um pedacinho de terra com a regularização fundiária
453 para que eles possam viver e produzir com dignidade, ter acesso a
454 financiamento, ter acesso à energia elétrica que não seja clandestina, ter
455 acesso às diversas políticas públicas para atender as suas demandas,
456 nós estaremos fazendo algo muito positivo. E é esse o meu grande
457 questionamento para o INCRA. Eu tenho um caso específico, se eu puder
458 ter uma reunião específica com o INCRA sobre esse caso, para a gente
459 encontrar dentro dessa área de terras que hoje eu estou atuando a
460 possibilidade de realocação de ocupantes para que a gente possa
461 efetivar... efetivá-los na terra, isso será muito produtivo para o caso que
462 eu estou tratando. Mas, de um modo geral, isso espelha a maioria dos
463 casos. Então eu agradeço o espaço. Espero que a nossa reunião seja
464 produtiva para todos. Muito obrigada. DES. PRESIDENTE: Muito
465 obrigado, Dra. Josineide. Eu queria aqui, neste momento... Que eu recebi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

466 ontem, de forma urgente, um ofício do deputado Bordalo com relação às
467 fazendas. Por isso que eu deixei o senhor por último. Fazenda São Pedro,
468 Renascença, Belo Monte e Monte Belo, certo? E ele me pergunta ali: “O
469 que é que está havendo?”, porque... o senhor já pediu até força policial
470 para cumprimento, e não passou pela comissão, uma coisa assim. É isso,
471 doutor, né? SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
472 [ininteligível] uma semana, duas semanas atrás-- DES. PRESIDENTE:
473 Como faz parte do INCRA... SR. CARLOS EDUARDO BARROSO
474 BORDALO: Nos apelando, e o recurso que eu tenho é apelar a Vossa
475 Excelência-- DES. PRESIDENTE: Com certeza. Então está posta na
476 mesa, doutor. É com o senhor. Não só para essa situação, mas como
477 para... SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [pronunciamento fora do
478 microfone]. DES. PRESIDENTE: Especificamente do INCRA, tá? Esse
479 faz parte do INCRA também, viu? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Me
480 dá um outro microfone, por favor? Que eu não gosto de falar nesse
481 negócio. Já dizia um professor muito antigo - bom dia a todos - que a
482 gente não consegue... Inclusive, ele conseguiu... Eu tive um júri que foi
483 cancelado, um advogado muito antigo, que ele machucou o braço no
484 acidente. Ele falou: “Doutor, eu queria que o senhor cancelasse o júri,
485 porque eu não consigo falar sem gesticular”, e aí foi cancelado. Porque é
486 a expressão, né? E eu tenho esse... Acho que é aquela tradição italiana
487 que a gente tem de conversar, italiano faz muito barulho, conversa e
488 gesticula, né, Prof. Treccani? Então a gente tem isso. Bom, queria
489 agradecer ao desembargador Mairton, inclusive foi um referencial nas
490 comissões agrárias... O desembargador Mairton tem lutado muito para
491 que as próprias comissões fundiárias pudessem ir para o interior participar
492 dessas mediações. Então, tem uma marca do desembargador Mairton em
493 tudo isso. E o Dr. Bruno Kono, do ITERPA, como o desembargador bem
494 falou... Existe o ITERPA antes do Dr. Bruno e depois do Dr. Bruno, porque



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

495 mudou muito o ITERPA, ele... hoje o ITERPA participa das audiências,
496 manda alguém, tal. Bom, a questão específica desse caso aí... São quatro
497 fazendas em Marabá, mas é fronteira com Parauapebas. Essas fazendas
498 já passaram pela Comissão de Mediação. Passaram pela Comissão de
499 Mediação, foi o Dr. Charbel que fez inclusive, não houve conciliação, e
500 voltou, e agora o processo voltou. Tem uma liminar, né, e aí eu vou ter
501 que cumprir. Eu... No cumprimento, como eu estou no exercício da
502 jurisdição, eu vou cumprir. Vou marcar... pedi que a tropa fizesse... do
503 CME fizesse os relatórios, tal, estão providenciando. Vou marcar
504 audiência de desocupação, desocupação, todas as partes... Nessas
505 audiências que a gente faz desde 2012... Isso aí não é novidade, isso que
506 eu estou fazendo... que o CNJ está fazendo agora, está fazendo lá no
507 Paraná, Rio Grande do Sul, tal, isso aí a gente já faz aqui no Pará desde
508 2009. A Dra. Claudia Favacho fazia isso, o Dr. Horácio, quando foi juiz em
509 Altamira. A gente já faz essas audiências de desocupação há muito
510 tempo. São boas práticas, a gente chama todas as entidades, as
511 entidades participam para poder desocupar. Conab, todas as entidades,
512 Conselho Tutelar, Ministério Público, prefeituras. É tudo feito dentro de
513 uma de uma política, assim, de... a cultura de paz do nosso Tribunal de
514 Justiça aqui, né, que é a cultura de paz. Agora, existe... no exercício da
515 jurisdição agrária, nós temos também que julgar. Tem a segurança
516 jurídica; a gente julga dentro do processo, né? Existe uma questão aqui,
517 que eu gosto de falar isso, é o seguinte: é a velha distinção entre
518 ocupante... Isso eu estou falando como professor universitário de Direito
519 Agrário lá em Marabá também, né, eu também tenho doutorado nessa
520 área, e eu gosto sempre de falar para os meus alunos: Existe ocupante e
521 existe o invasor, né? Isso é questão... são questões que a gente não pode
522 romantizar, romantizar tudo, né, jogar tudo dentro de uma... Cada caso é
523 um caso, cada caso é um caso. No Rio Grande do Sul a gente fala... tem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

524 até música disso aí que diz o seguinte: que havendo... Tem uma música
525 do Xirú Missioneiro em que ele diz assim: “Havendo terra sem uso, meu
526 povo chega e acampa para ver se criam raízes em um pedacinho da
527 pampa”. É uma estrofe da música. Mas, veja bem, “é ocupação de terra
528 sem dono”, eles falam isso. Agora, invasão de propriedade... Meu ponto
529 de vista acadêmico, não como juiz agrário, mas também, invasão violenta
530 de propriedade: invasão violenta de propriedade não é ocupação. Você...
531 alguém lá que está tendo uma atividade produtiva entrar, e quebrar tudo,
532 e matar o gado, e muitas vezes... como fizeram agora em uma invasão lá
533 em Marabá, que pegaram e deram um tiro a esmo em bois que saíram
534 sangrando pelos corredores lá, isso aí não é ocupação; isso aí é invasão,
535 é vandalismo. E isso aí o Judiciário tem que coibir. Nós cumprimos a lei.
536 Eu não tenho visão romântica, e nunca vou ter visão romântica, de
537 ninguém. A gente cumpre a lei dentro daquilo que a gente se propõe.
538 Agora, a cultura de paz, a conciliação a gente tenta. Agora, não cabe ao
539 Judiciário, creio eu como juiz, como mero juiz de piso, como algumas
540 autoridades nos chamam de juiz de piso, não cabe a nós fazer reforma
541 agrária. Isso aí é questão do Executivo. E quem tem que fazer esse papel
542 são os órgãos fundiários, tanto o ITERPA, que exerce isso com muita
543 competência por sinal, mas o INCRA também. Agora, o que acontece,
544 que causa um problemão para a gente, que o Dr. Haroldo, nosso juiz
545 agrário de Redenção, do Sul do Pará, acabou de falar, e acontece isso
546 cotidianamente? É aquela expectativa, é semear expectativas, né? A
547 maioria das invasões do Sul do Pará e do Sudeste do Pará, a maioria foi
548 assim. É um acordo, o proprietário quer vender a área para o INCRA, vai
549 lá no INCRA, faz uma proposta para vender para o INCRA, aí o pessoal
550 invade a área com a aquiescência do proprietário. Invade-- ORADOR
551 NÃO IDENTIFICADO [00:44:41]: Às vezes até solicitado por ele.SR.
552 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É. Sim. Muitas vezes solicitado por ele. A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

553 maioria das vezes solicitado por ele. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
554 [pronunciamento fora do microfone]. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É
555 aquela questão que você chama de torpeza. A pessoa se beneficia da
556 própria torpeza, né? Então o que acontece? Aí depois não dá certo, o
557 INCRA não compra porque a questão é... faltou a questão de... ambiental,
558 não tem um limite ambiental, ou o preço não é o adequado, e aí como é
559 que fica? Aí o cidadão quer a reintegração de posse. E as pessoas estão
560 lá dentro da área. Aí causou um problemão. Nós temos um exemplo,
561 quero aproveitar para falar aqui agora, que é o da Fazenda Rainha, em
562 Itupiranga. Fazenda Rainha, só para vocês terem uma ideia, o proprietário
563 da área, ele tinha 60 anos de idade. Ele já está com 81 anos de idade, tá?
564 O processo fez 21 anos. Eu estou com um processo agora lá em Marabá
565 que esse processo... na época, não sei por que cargas d'água, teve um
566 laudo produzido... produzido esse laudo dizendo que a terra era
567 improdutivo, tá? E essa terra improdutivo... Aí entraram lá na Justiça
568 Federal com o processo de desapropriação. Aí o proprietário não sei se
569 se arrependeu, o que foi que aconteceu, entrou com ação de declaração
570 de produtividade. Esse processo rodou, girou e andou, e depois agora de
571 20 anos, ele voltou da Justiça Federal, foi dado ganho de causa para o
572 proprietário dizendo que aquele laudo era... não era condizente com a
573 realidade e que a terra é produtiva, e agora voltou o processo para a Vara
574 Agrária - de 2003 o processo, tá? -, e eu tenho lá dentro da área... são 4
575 mil hectares, só... está cheio de pequenos fazendeiros dentro da área. Se
576 tu chegar hoje e você colocar um plano de reforma agrária, que inclusive
577 é uma das coisas que... A Dra. Maíra está aqui, uma das coisas que eu
578 queria pedir para o INCRA é que... é o seguinte: é que seja cumprido o
579 limite, o limite, em caso... caso seja adquirida alguma área, seja cumprido
580 o limite do pequeno. Qual é o limite do pequeno? De 5 a 10 alqueires de
581 terra. Porque o que acontece hoje nas mediações? Em Marabá tem gente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

582 que fala assim: “Não, eu tenho cem alqueires de terra”, “o INCRA vai
583 comprar e vai me dar cem alqueires”. Então eu acho que tem que ter um
584 esclarecimento do INCRA nesse sentido de chegar e falar: “Olha, se
585 houver uma compra, uma aquisição do INCRA aqui, vai ser o limite da
586 lei”, que é 5 a 10 alqueires, que é como o ITERPA faz, que utiliza também
587 esse limite. Mas não, o cidadão lá tem... é fazendeiro, é pecuarista, está
588 lá dentro de uma área de invasão. Mas o que eu queria mais aproveitar
589 para não me alongar muito, tem muitas pessoas que têm assuntos
590 importantes também para falar, eu queria... eu só queria do INCRA o
591 seguinte: eu queria ao menos que respondesse os ofícios. Eu preciso das
592 respostas dos ofícios, porque a gente faz um pedido, aí não vem o pedido,
593 reitera de novo... Eu fiz uma audiência em Itupiranga ontem.. em
594 Itupiranga, perdão, em Jacundá de... atingido por barragens. Aí ele foi,
595 veio o dinheiro da União, compraram uma área grande, uma área grande,
596 para os associados. Aí agora tem uma área pública do INCRA lá dentro.
597 Aí a gente precisa informações, aí não tem informações, aí reitera, aí o
598 INCRA não comparece nas audiências. Então é complicado. Aí depois,
599 quando chega na hora de desocupar, aí aparece o INCRA, aí aparece o
600 INCRA lá: “Essa área...”, como essa área aqui que o senhor falou,
601 deputado. Chega o INCRA e fala... chegou o cidadão do INCRA: “Não, é
602 prioridade nacional a aquisição dessa área aqui”, lá na inspeção. Aí dias
603 depois vem um superintendente do INCRA lá em Marabá, falou: “Não, não
604 é verdade, não. Isso não é verdade. Essa área não pode ser adquirida
605 porque é área de preservação, tem 60% preservada”. Então é aquela
606 situação. Vira molecagem, entendeu? A gente não sabe quem é que está
607 falando, quem é quem. Então eu acho que está faltando... A questão é
608 centralização, é seriedade. Eu acho que isso aí vai melhorar muito, né, se
609 tiver um pouco mais de seriedade no trato dessas coisas. Muito obrigado.
610 DES. PRESIDENTE: Muito bem. Agora, eu queria saber com o Dr.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

611 Mazutti: o senhor já mandou fazer essa reintegração de posse? SR.
612 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não. Essa reintegração de posse eu pedi
613 que a PM, que é o Comando das Missões Especiais, apresentasse o
614 relatório. Apresentaram o relatório, e eu vou designar nesse processo a
615 desocupação provavelmente para o mês de setembro ou outubro. DES.
616 PRESIDENTE: Está certo. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Eu vou
617 marcar audiência de desocupação ainda, né, aí vou... Queria contar
618 também com a Ouvidoria, a presença da Ouvidoria. DES. PRESIDENTE:
619 Tá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: E devo marcar a desocupação
620 efetiva para mês de setembro ou outubro. DES. PRESIDENTE: Só para
621 esclarecer aos componentes do INCRA nacional, e também acho que o
622 Dr. Bruno sabe, o Dr. Girolamo sabe, todos sabemos, que quando
623 autorizada a ida da polícia, mesmo assim a polícia tem de fazer um
624 levantamento da área: quantas pessoas são, quanto... tudo... para estar
625 tudo certinho, para que não haja... ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
626 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Solução de
627 continuidade. É porque nós temos uma pessoa ali dentro, que é o ser
628 humano. E o ser humano, assim como o juiz não pode passar perigo, o
629 promotor não pode passar perigo... Ou seja, as pessoas que estão
630 trabalhando dentro da área não passem perigo também. Então, para
631 isso... A nossa Polícia Militar tem essa expertise. Depois de autorizada,
632 reúne toda a situação para que se marque o dia para fazer desocupação
633 compulsória. Todos nós sabemos disso. Agora... Mais alguém quer se
634 manifestar? Pois não, doutor. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI:
635 Obrigado, Excelência. Eu estava analisando [ininteligível] deputado
636 Bordalo o documento que foi remetido pelo Sindicato dos Trabalhadores
637 e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf) de Marabá, e só gostaria
638 de chamar a atenção nossa, de todos nós, sobre dois fatos. Antes disso,
639 porém, gostaria de esclarecer que de maneira alguma nós questionamos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

640 nesta seara a autoridade do juiz, a independência funcional de Vossa
641 Excelência, e todas as decisões serão acatadas ou, se for o caso,
642 [ininteligível] aonde a instância competente for necessária. Portanto, não
643 estou aqui levantando qualquer situação naquilo que o senhor... que
644 Vossa Excelência manifestou ainda agora. Mas eu gostaria de chamar a
645 atenção, porém, para duas coisas. Primeiro: pela descrição que o próprio
646 deputado Bordalo resumiu, no documento se fala que essa área teria sido
647 objeto de negociação a partir de 2017. Portanto, ela está abrigada na
648 decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF 828. Por aquilo que
649 entendi, todos os cuidados foram adotados, inclusive a mediação,
650 portanto, estaríamos nessa direção absolutamente dentro daquilo que o
651 nosso ordenamento jurídico determina. A segunda questão que eu
652 gostaria, porém, de levantar, e que já passa a ser uma pergunta para os
653 representantes do MDA, pois no Ponto 3 do documento do sindicato... Me
654 permita ler só um trechinho, por favor: “Conforme foi deliberado em
655 reunião que ocorreu no dia 27 de maio de 2024 no INCRA, com a
656 participação dos órgãos do governo, com a ouvidora nacional do MDA,
657 Sra. Claudia Dadico, coordenadora da Comissão de Combate à Violência
658 no Campo e diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de
659 Conflitos Agrários do MDA, e ainda representante do MPF, foi ventilada a
660 possibilidade de o MDA elaborar uma nota de recomendação à Vara
661 Agrária solicitando a suspensão da ordem liminar de despejo, uma vez
662 que o órgão fundiário está encaminhando processo de compra e venda
663 da área em questão pelo Decreto 433/92”. A única pergunta que faria...
664 Sei que... Eu não gostaria, Dr. Daniel, de colocar o senhor em saia justa,
665 porque, evidentemente, chegando quase que de paraquedas nessa
666 reunião seria muito complicado dizer se já fez ou está sabendo disso, mas
667 a sugestão seria que Vossa Excelência pudesse, no tempo devido,
668 informar a esta comissão se aquilo que foi escrito pelo sindicato é real; se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

669 houve essa reunião; se dessa reunião se chegou a um compromisso no
670 sentido que aqui está colocado, isto é, de uma intervenção do MDA; se
671 nessa reunião foi, de fato, apresentada pelo MDA a possibilidade da
672 aquisição do imóvel, conforme legislação em vigor. Se tudo isso de fato
673 acontecer, é possível que o juiz da Vara Agrária receba documentos que,
674 reitero, não vão alterar talvez a sua posição, mas que têm que ser levados
675 em consideração. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, doutor.
676 O senhor queria falar? SR. DANIEL JOSEF LEMER: Eu queria o
677 documento que o Prof. Girolamo-- DES. PRESIDENTE: Está aqui. Está
678 aqui. Está aqui, está aqui. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Agora, só
679 para... [falas sobrepostas] SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Só para
680 responder aqui o que o Dr. Treccani falou, só um minutinho, Excelência.
681 DES. PRESIDENTE: Deixa eu só fazer uma colocação. Depois que
682 passa... Eu tenho aqui que a Dra. Claudia, né, juíza federal... Eu nem
683 conhecia, viu, doutor? Nem sabia que existia a comissão no âmbito
684 federal. Quem era... Até perguntei quem era o componente. ORADOR
685 NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
686 PRESIDENTE: É, é. Não, não, daqui regional, né? E recebi agora, para
687 surpresa minha também, viu, um expediente em relação a uma possível
688 desocupação que irá ser efetuada na fazenda com a qual eu fui fazer...
689 Eu fiz a visita técnica, fiz todo o possível, foram feitas três ou quatro, cinco
690 reuniões, das quais inclusive o ITERPA participou, e agora desejam
691 retorno para a comissão, para nós fazemos uma nova mediação. Aí fica
692 complicado. Aí fica complicado, porque eu pessoalmente estive na área.
693 Foi feita uma composição naquela ocasião. Não foi naquela... Aqui já foi
694 feito com o Ministério Público Estadual, o Ministério Público... todos
695 estavam aqui, fomos, marcamos para o ITERPA, o ITERPA lá se
696 predispôs a tudo fazer para atender a reivindicações das pessoas... dos
697 ocupantes. A empresa [ininteligível] tudo se fez. Agora querem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

698 novamente... Ou seja, quando... depois que foi feita, liberada para ser feita
699 a desocupação compulsória... Porque já não tem mais acordo,
700 infelizmente. Agora querem fazer de novo? Aí eu digo: Aí é insegurança
701 jurídica. E por insegurança jurídica eu não trabalho. Já falei aqui para o
702 representante do ministério... e já falei também para representante do
703 INCRA e... Aqui não tem nada a ver com o INCRA, tá, doutora? E já falei
704 também para o Dr. Bruno Kono. Ele simplesmente se dispôs a tudo.
705 Agora querem reavivar? Aí é insegurança jurídica, é hoje, é amanhã, é
706 hoje, é amanhã. A mesma coisa neste caso, viu, deputado Bordalo? Não
707 sei qual é a posição do Dr. Mazutti, mas só sei dizer o seguinte: que as
708 pessoas, quando chega na hora de ser feito, parece que despertam, não
709 é isso? Me lembro que eu disse: Gente, a polícia não vai ser usada em
710 nenhum momento, a não ser que não haja a composição. Tudo será feito,
711 tudo será feito para que essa mediação se transforme em uma espécie
712 de acordo. Tudo será feito. Agora, depois... Todos são avisados. Depois
713 de liberar, aí fica complicado nós reavivarmos a coisa, porque aí cria uma
714 celeuma: é hoje, é amanhã, é hoje, é amanhã, e a decisão judicial não é
715 cumprida. Não sei se era o caso. Neste caso aqui, eu recebi agora da
716 doutora - é Cláudia, né? -, Dra. Cláudia. Ela deseja encarecidamente,
717 porque o INCRA, ou o ITERPA... Quer dizer, já foi, já passou essa fase.
718 Nós trabalhamos com o que nós temos, preclusão de direito. Nós
719 entendemos. Ontem, por exemplo... ontem não, quarta-feira eu julguei um
720 processo, doutora, que me doeu, doeu para chuchu. Eu cheguei a dizer
721 que uma pessoa autista, uma pessoa que tem problemas de locomoção,
722 né, um idoso sem mobilidade, e toda essas pessoas... Eu dizer que eu
723 não podia colocar aquela situação como sendo uma lei constitucional
724 porque não é, porque não obedeceu, viu, deputado Bordalo, [ininteligível]
725 a iniciativa que era do Poder Executivo e foi feita pelo Legislativo. Aí
726 esbarra na situação formal. Aí eu tive que simplesmente dizer que a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

727 empresa lá, as empresas de um modo geral, realmente estava correta,
728 não tinha por que dar aqueles privilégios, a não ser que o prefeito, ou seja,
729 o Executivo, tivesse a iniciativa da lei. Muito obrigado, Dr. André. Acaba
730 de chegar de Portel, é isso? De Portel. Olha aí, ele estava para Portel.
731 Esse é o nosso juiz agrário de Castanhal. Então, gente, é aquilo que eu
732 digo aos senhores: nós temos que ter segurança jurídica. Eu estou
733 falando aqui, Dr. André... O senhor está específico... chegando no
734 momento exato, certo? Acabo de receber, deve ter encaminhado também
735 ao senhor, foi encaminhado pelo senhor para a Dra. Ione Nakamura, que
736 é uma pessoa maravilhosa, nossa representante do Ministério Público,
737 pedindo para retornar para a comissão o processo da Fazenda Saracura.
738 Saracura não. Como é? ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
739 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Sumaúma.
740 Tudo é... tudo é com S. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento
741 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: É. É. A Saracura... Não, nós
742 temos a Fazenda Saracura. É lá no... é lá em Almeirim, né? Então... Estão
743 querendo, viu, doutor, que... [ininteligível] o senhor, agora veio pela juíza
744 federal, que é da Comissão de Conflitos, que não tem nada a ver com ela,
745 mas... Tudo bem, é bom em se entender isso, mas tudo o que está
746 sendo... foi feito, foi efetuado. O representante do INCRA... o
747 representante do ITERPA, foi ouvido, se colocou à pré-disposição, está
748 feito inclusive, estava feito inclusive o levantamento para ser feito o
749 assentamento, só que agora eles querem 80%, olha, veja, 80% da área.
750 Aí fica complicado. [ininteligível] que ela fala aí, doutor? Como é o nome?
751 Fala... Ah, 80%. Bom, eu estou dizendo que nós temos que ter segurança
752 jurídica. Dr. André está sendo vilipendiado, colocando nas redes sociais
753 que isso... Não, não é isso. Ele tem que cumprir a legislação. Então, Dr.
754 Mazutti, depois dessa explicação que eu dei, o senhor está com a palavra.
755 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Excelência, eu-- DES. PRESIDENTE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

756 Não sei se é o caso. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim, só para
757 complementar. Isso que o senhor falou... É o seguinte: nós somos juízes
758 agrários, a gente está no exercício da jurisdição, Poder Judiciário, então
759 o que acontece, o que acontece na prática? Isso que o senhor falou é com
760 muita propriedade, isso é muito importante, porque é o seguinte: eu vou
761 marcar audiência, eu tenho que cumprir... Porque é o seguinte: não é o
762 juiz que é ruim, o juiz que é uma pessoa ruim porque ele não cancela a
763 reintegração de posse, mas é isso que nas redes sociais aparece.
764 Aparece publicação lá... já apareceu... Se colocar meu nome lá, aparece:
765 “Juiz bolsonarista: Sul do Pará persegue Camponeses Pobres”. Aí depois
766 apareceu o juiz de esquerda, juiz de... O pessoal joga na rede social, que
767 não tem controle nenhum, né, ficam enxovalhando a honra da gente. Mas,
768 de qualquer forma, se fosse fácil, não precisava da gente, né? Isso um
769 colega meu sempre fala. Agora, o problema é o seguinte: na hora que
770 você marca a desocupação, aí... A gente não tem interesse nenhum em
771 reintegrar. Eu acho que é um papel muito doloroso para o juiz ter que
772 retirar pessoas, onde tem crianças, tem pessoas idosas. Não é fácil para
773 a gente. Nós somos seres humanos. Tem pessoas que estão lá também,
774 são seres humanos também. Só que o que acontece é o seguinte: quando
775 você cumpre, determina para cumprimento da lei, não é o juiz que está
776 cumprindo; aquele é o teu papel. Acontece o seguinte: que aí a pessoa
777 fala assim... O proprietário, ele tem um direito dele. Ele que é o autor da
778 ação. Então, ele pede ao Judiciário que o Judiciário reintegre. Aí não há
779 acordo, não há conciliação, mediação, ele quer o cumprimento da lei. O
780 que é o cumprimento da lei? É a reintegração de posse. Não é o juiz que
781 faz isso porque o juiz é ruim, mas é isso que vai para as redes sociais. O
782 juiz tem que cumprir a lei. Agora, se o proprietário chegar em qualquer
783 processo desses e disser assim: “Não, eu quero suspensão do processo”,
784 “eu quero mais um tempo para conversar com o INCRA”, “eu quero



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

785 vender, eu quero fazer alguma coisa”, simplesmente a gente suspende.
786 Nós não somos malvados; a gente cumpre a lei. Agora, tem uma outra
787 questão que eu também tenho notado nesse... por andar nesse círculo,
788 que é o seguinte: muitas vezes o proprietário, como esse caso aí, que o
789 proprietário teria oferecido para o INCRA para comprar, e depois ele não
790 quis mais. Não quer dizer que a pessoa tentou fazer uma negociação que
791 ele não tem o direito dele de tentar litigar depois, né? Então ele não pode
792 ser culpado por isso. Agora, aos órgãos fundiários cabe lá conversar com
793 ele, tentar fazer uma mediação. Porque nós somos escravos da lei. Se o
794 autor da ação disser que quer a suspensão, a gente suspende. Nós não
795 estamos... nós não temos um gosto pessoal de desocupar ninguém. Isso
796 é uma tarefa muito dolorosa para nós, juízes. Mas a gente tem que
797 cumprir a lei, a segurança jurídica, porque senão em que Estado que a
798 gente vai viver? Era só isso que eu queria pontuar. Obrigado, Vossa
799 Excelência. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Deputado Bordalo, quer
800 falar? SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Não
801 [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Não? Está bom. Bom, agora alguém
802 mais quer falar alguma coisa? Não? [falas sobrepostas] DES.
803 PRESIDENTE: Pois não. Defensoria Estadual chegou. Vamos lá, doutora.
804 Chegou também agora, viu, doutora? SRA. ANDRÉIA MACEDO
805 BARRETO: Bom dia a todos e a todas. DES. PRESIDENTE: Diga-se de
806 passagem. Moju, não foi, doutora? SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO:
807 Portel, junto com Dr. André. DES. PRESIDENTE: Moju não, Portel. É.
808 SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Junto com Dr. André. Já-- DES.
809 PRESIDENTE: Por isso que ela chegou atrasada. Não chegou atrasada,
810 não, que estava nessa-- SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO:
811 Justificada inclusive, né, doutor? DES. PRESIDENTE: Exatamente. SRA.
812 ANDRÉIA MACEDO BARRETO: Antes de passar a palavra para o MDA,
813 eu queria fazer duas pontuações, uma que o Dr. Treccani já até



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

814 mencionou, sobre um decreto recente que saiu agora sobre o Terra da
815 Gente, tá? Eu queria que falasse um pouco de alternativas, Dr. Mairton,
816 porque nas mesas das tratativas os órgãos fundiários, eles participam, e
817 é muito importante, Dr. Bruno, apontar alternativas para aquele conflito.
818 O Banco da Amazônia está em diálogo conosco, eu não sei se trouxeram
819 também essa informação sobre o Banco da Amazônia, para tentar
820 construir a possibilidade de pessoas em condições de despejo ou
821 hipossuficientes de adquirir áreas através de repasse, de empréstimo.
822 Nós estamos neste diálogo junto com o Banco da Amazônia para tentar
823 viabilizar. Mas é importante também outras alternativas, Dr. Bruno,
824 principalmente das áreas do entorno disponíveis, então é importante o
825 trabalho dos órgãos fundiários dentro da comissão, porque é essa
826 apresentação de vocês que vai dar um outro olhar e uma alternativa
827 inclusive na possibilidade de realocação. Falo isso porque eu estou vindo
828 de Portel e eu vi o entorno de um assentamento, áreas que são indicadas
829 como áreas estaduais, e há uma situação de despejo... na verdade, uma
830 reintegração nesta área lá. Então, eu queria, antes de vocês falarem,
831 sobre a possibilidade real da compra direta, tá, da compra direta pelo
832 INCRA e a possibilidade de desapropriação, como está hoje esse
833 contexto de desapropriação, e também de disponibilidades de áreas não
834 destinadas e concentradas, a gente sabe que tem muita empresa que
835 está concentrando áreas públicas, estadual e federal, de renegociar
836 também, de entrar nessa conversa dentro da comissão para viabilizar a
837 desconcentração de áreas possíveis para destinar, o Dr. Maicon falou de
838 um caso inclusive que envolve área estadual, e a permuta, por fim, a
839 possibilidade, tanto do âmbito estadual quanto do âmbito federal, de
840 permuta de área. Era isso. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Muito bem.
841 Mais alguém quer falar? [ininteligível], doutor. SR. MÁRIO ALFREDO
842 SOUZA SOLANO: Sim, desembargador. Eu ia deixar para depois porque



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

843 ia ter perguntas diretas aos representantes do INCRA, mas diante do que
844 ouvi aqui, os que me antecederam, tem alguns pontos que eu acho
845 fundamentais, pela Federação de Agricultura e Pecuária, fazemos
846 algumas inflexões. Eu me preocupo sempre... E isso teve uma reunião
847 com a representante do CNJ no Tribunal de Justiça, especificamente na
848 Corregedoria, e lá nós tivemos que fazer essa mesma observação.
849 Quando nós falamos de humanos, a gente esquece da vítima. Eu não ouvi
850 a professora falar. Está falando muito do invasor, do ocupante, mas eu
851 não ouço falar da vítima, que são as famílias, porque lá na propriedade
852 rural não tem uma pessoa; tem família. Grande parte pagou para estar lá,
853 tem história de décadas nesse Estado e nesse país, e estão sendo tiradas
854 sob violência. Algumas observações superficiais o nosso ilustre juiz
855 Mairton comentou aqui, mas tem coisas gravíssimas que acontecem no
856 campo. Eu vivenciei isso no tempo que eu estava em atividade e vi de
857 perto, não ouvi falar nem em jornal, inclusive com vítimas fatais, com
858 incursões absurdas. Isso é crime, gente. Nós estamos falando de crime.
859 Invasão de propriedade privada é crime. “Ah, mas é ocupante”. Está
860 previsto no Código Civil direito do ocupante, 1.229. Então vamos mudar a
861 lei. Enquanto não mudar, é direito. Quando nós falamos de reintegração
862 de posse, nós estamos falando de posse, não estamos falando de outro
863 remédio(F) jurídico, nem de outro artigo. Então acho que é importante
864 fazer essa observação, essa lembrança, porque nós ouvimos as vítimas
865 na federação e o desespero. Nós estamos com um caso recente, que
866 aconteceu agora, no Abril Vermelho, desnecessariamente. Toda
867 regularizada, todo direitinho, 500 hectares. E qual é o problema da
868 mediação, mediar...? É simples qual é o problema da mediação. É a
869 procrastinação. Para quê? Para potencializar essa pseudo-ocupação. O
870 que era cem, vira mil. Foi dito aqui o exemplo de um processo que já tem
871 quase 20 anos. Como é que fica a vítima? Como é que eles vão viver?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

872 Vão para onde? Ninguém pensa nisso. Mas nós temos que pensar no
873 ocupante, para onde vai. Eu não estou... A federação não é contra
874 ninguém; a federação é a favor da lei, que a lei seja cumprida para ambas
875 as partes. Esse é o ponto. Outro ponto, desembargador, para lembrar é
876 que a força pública, em qualquer lugar deste país, não vai cumprir se não
877 for provocada. E por que ela é provocada pelo Poder Judiciário? Porque,
878 infelizmente, a parte que perdeu não obedece a determinação judicial,
879 porque se obedecesse a determinação judicial, sairia pacificamente e não
880 precisaria da força pública. Esse é outro ponto de inflexão que a gente
881 precisa lembrar. Então, assim, mediar o que já foi mediado... Eu disse
882 aqui: Há muito tempo o juiz das varas agrárias, é protocolo deles, antes
883 de qualquer decisão sobre esses [ininteligível] de coletivos, a mediação.
884 Já faziam. Aí agora vêm comissões de Mediação do Poder Judiciário no
885 Brasil inteiro. Ok. Redundância. A federação ano passado, em janeiro do
886 ano passado, encaminhou para o presidente do Poder Judiciário
887 fundamentando juridicamente por que era redundância. Porque já fazia
888 na Vara Agrária. E aí tem uma preocupação, viu, Dr. Mazutti, Srs. Juízes?
889 Eu não sei se estão passando por isso. A preocupação da federação é a
890 seguinte: o juiz já fez a mediação, tomou a decisão após a mediação, não
891 é, no juízo de piso, como foi dito aqui, e aí se solicita que esse processo
892 vá para a Comissão de Mediação do TJ. Aí vai para a Comissão de
893 Mediação para fazer a mediação da mediação. Qual é a nossa
894 preocupação, enquanto representante do produtor rural, da vítima
895 especificamente? É: vai mudar alguma coisa? Em que sentido? Só
896 mediar? Porque a decisão já existe, e é decisão do juiz de piso. Essa é a
897 nossa preocupação. Então, assim, de forma bem objetiva, eu queria
898 lembrar isso porque... como não vi a questão das vítimas, fica aqui essa
899 observação. Nós temos casos graves aqui no Estado do passado e a
900 gente precisa lembrar desse detalhe. Vou ser objetivo agora. Me desculpe



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

901 fazer essa introdução, mas eu acho que precisaria em termos da
902 federação para fazer essas observações. Sobre o INCRA, objetivamente:
903 nós precisamos saber o que é do INCRA. O INCRA, no Estado do Pará,
904 é o maior latifundiário, é quem mais tem terra nesse Estado. Só que a
905 gente precisa saber onde começa e onde termina. Esse é um problema,
906 porque cria uma insegurança. Nós temos casos históricos aqui:
907 Transamazônica, todos os municípios, o desembargador já viveu lá,
908 conhece profundamente. Tem coisas que até hoje... Eu estou falando de
909 50 anos e não foi pacificado. Então, teve tempo suficiente, deputado
910 Bordalo, de resolver. Então nós estamos solicitando aos senhores, e aqui
911 esqueçamos passada, daqui para a frente vamos resolver o problema, e
912 a federação se coloca à disposição para somar como soma com o
913 ITERPA, com o INCRA, naquilo que for possível para pacificar o campo
914 no nosso Estado, porque se nós conseguirmos realmente, chegarmos a
915 um ponto: “Olha, o Inca, daqui para cá é com ITERPA, daqui para cá é
916 comigo”, e resolver, dar celeridade nesses processos, obviamente nós
917 não teremos necessidade, quiçá, dessas mediações, porque não teremos
918 problema de invasão de propriedade desnecessária devido ao quê?
919 Devido aos lotes para a reforma agrária. E aí vem a segunda indagação:
920 quantos lotes de reforma agrária hoje tem o INCRA no Estado do Pará?
921 Desocupados. De duas vezes: desocupados-- ORADOR NÃO
922 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. MÁRIO
923 ALFREDO SOUZA SOLANO: Não. Desocupados duas vezes. Veja bem,
924 desocupados duas vezes. Primeiro, desocupado legalmente, ou seja, era
925 para estar desocupado. Pode não estar desocupado de outra forma, de
926 fato, mas de direito... Eu queria saber quantos deveriam estar
927 desocupados para recepcionar essas famílias que estão buscando a
928 questão do lote de reforma agrária. Inicialmente eu começo com essas
929 duas perguntas que, eu sei, já são complicadas. Obrigado. DES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

930 PRESIDENTE: Obrigado. Agora eu queria passar a palavra... O Dr.
931 Horácio quer falar? SR. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO:
932 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pois não,
933 doutor. SR. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO: Rapidamente,
934 desembargador. Só para esclarecer a todas e a todos, eu acho que é
935 importante esse esclarecimento em relação à participação, à atuação da
936 Comissão de Soluções Fundiárias. Coronel Solano, a gente... a comissão,
937 ela tem um pressuposto de atuação, uma premissa fundamental. Qual é
938 essa premissa? Nós não somos órgãos revisores. De modo algum nós
939 iremos reformar ou anular decisões proferidas pelos colegas das diversas
940 varas, das varas agrárias inclusive, até porque a nossa atuação não se
941 resume a imóveis rurais. Então, de modo algum nós iremos fazer esse
942 tipo de trabalho, alterar decisões, reformar decisões. Então, isso eu posso
943 lhe garantir, lhe assegurar. O que a gente pode fazer, e que nós faremos
944 de maneira incansável, é trabalhar em cima dessas decisões para
945 encontrarmos soluções alternativas. E daí a importância dos órgãos,
946 fundamentalmente dos órgãos de terra, leia-se ITERPA e INCRA, né,
947 porque, a partir também da fala da Dra. Andréia, é preciso apresentar
948 alternativas, é preciso apresentar alternativas. Então, a minha
949 consideração era basicamente isso. E só para finalizar, o que o Dr. Solano
950 falou, o que o doutor... o Prof. Treccani também fala de maneira
951 incansável, eu percebo que os dois... eles discordam em muitos pontos,
952 mas eles convergem em um único ponto. Me corrijam, por favor, se eu
953 estiver errado. Qual que é o ponto? É preciso saber onde começam e
954 onde terminam as terras públicas, né? E dentro dessas terras públicas,
955 que é do Estado e o que é da União. Então, esse ponto eu acho que é um
956 ponto incontroverso. Talvez a grande celeuma fundiária do Estado do
957 Pará, a sua solução passa fundamentalmente por isso. O dia em que nós
958 conseguirmos encontrar esse ponto de equilíbrio, penso eu, certamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

959 nós iremos alcançar uma boa solução para os nossos conflitos. DES.
960 PRESIDENTE: Muito obrigado. Eu quero informar também que a
961 Comissão de Conflitos, ela não se restringe apenas à área rural. Ela
962 também está trabalhando na área urbana, desde que seja conflitos
963 coletivos, que nós temos muitos, né? Nós temos muitos também. Nós
964 temos essa expertise, viu, doutora, não só na área rural, mas também na
965 área... A Dra. Josineide tem algum caso urbano? SRA. JOSINEIDE
966 GADELHA PAMPLONA MEDEIROS: [pronunciamento fora do
967 microfone]. DES. PRESIDENTE: Tem, né? Pois é. Olha aí, ela tem
968 também. Dr. Horácio, tem algum caso da área urbana? SR. HORÁCIO
969 DE MIRANDA LOBATO NETO: Tenho [ininteligível]. DES. PRESIDENTE:
970 Tem, né? Sim. Olha aí. Eu... Bom, os demais não, porque ficam um
971 pouco... O Dr. André tem algum da área urbana? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-
972 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Não, desembargador. Eu não faço
973 parte. É da Comissão de Soluções. DES. PRESIDENTE: Sim, eu sei. É,
974 mas-- SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:
975 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Ah, é. É,
976 verdade. É, só rural mesmo. Bom, gente, então nós já ouvimos todo
977 mundo. Agora, o que nós... Eu queria dizer para o Dr. Horácio, acho que
978 o Dr. Horácio não estava aqui, mas teve uma reunião desta nossa
979 comissão que se deram as mãos o INCRA e o ITERPA, deram as mãos
980 dizendo: "Olha, nós vamos apresentar um plano aqui. Daqui a um mês -
981 30 dias, viu, doutora, 30 dias -, vamos apresentar em um mês para saber
982 quais são as terras do Estado, quais são as terras da União". E eu estou
983 aguardando até hoje. SRA. MÁIRA CORACI DINIZ: [pronunciamento fora
984 do microfone]. DES. PRESIDENTE: É, 30 dias. Foi, 30 dias deram. O
985 acordo para-- [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: É o acordo para
986 fazer essa situação, e até-- SRA. MÁIRA CORACI DINIZ: É, só assinar o
987 acordo, é. DES. PRESIDENTE: Pois é. E até o momento eu estou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

988 aguardando, e não veio, viu, Dr. Horácio? A sua expectativa também é
989 minha e é de todo paraense, essa que é a verdade. Eu não sou paraense,
990 mas sou paraense por adoção, né? Eu adotei como... esse Estado como
991 meu e meu. Então, eu adoro o Estado do Pará. E agora vamos passar a
992 palavra... Aqui é o representante do INCRA. Primeiro ao nosso
993 representante aqui, Dr. Daniel, o homem que faz parte do Ministério
994 Desmanta-galho. Com o senhor. SR. DANIEL JOSEF LEMER: Bom dia a
995 todos e todas. Bom dia, desembargador Mairton. Muito obrigado pelo
996 convite, pela acolhida. Para mim é uma honra estar nesse grupo tão
997 seleta, entre pessoas que são autoridades nesse tema, né? Eu sou
998 delegado de Polícia Federal há 17 anos e meio. Meu nome é Daniel. E eu
999 recebi esse convite para atuar no Departamento de Mediação e
1000 Conciliação de Conflitos Agrários do MDA justamente por conta da
1001 gravidade do quadro de violência no campo no nosso país. Então, eu sou
1002 adjunto da Dra. Claudia Dadico, juíza federal aposentada, e nós
1003 compusemos uma equipe muito reduzida para a gravidade dos casos que
1004 existem no Brasil. Então, a gente... há pouco mais de um ano que a gente
1005 está no departamento, porque o governo federal começou há um ano e
1006 seis meses, mas até saírem as nomeações, eu pessoalmente fui
1007 nomeado em abril do ano passado, então eu estou com um ano e dois
1008 meses nesse cargo. A gente já acumulou mais de 350 casos de conflito.
1009 Então, é como se cada um desses conflitos desse nível de gravidade
1010 chegasse por dia para nós, né, em uma equipe que somos cinco, seis
1011 pessoas. Então, eu digo isso também para justificar a ausência da Dra.
1012 Claudia Dadico hoje aqui. Ela esteve em uma itinerância do Conselho
1013 Nacional de Justiça no Sul do Amazonas, junto com a Dra. Máira
1014 inclusive. SRA. MÁIRA CORACI DINIZ: Eu não fui. SR. DANIEL JOSEF
1015 LEMER: Ah, não? SRA. MÁIRA CORACI DINIZ: [pronunciamento fora do
1016 microfone]. SR. DANIEL JOSEF LEMER: Ah, não conseguiu ir? SRA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1017 MAÍRA CORACI DINIZ: [pronunciamento fora do microfone]. SR. DANIEL
1018 JOSEF LEMER: Enfim, uma quantidade grande de viagens. E essa região
1019 Sul do Amazonas, entre outras, é uma região de especial gravidade dos
1020 casos de violência. Então, aqui o Dr. Marcos fez uma referência, que
1021 muitas vezes as pessoas vêm aqui ao Estado do Pará ensinar como fazer,
1022 ensinar o Pai Nosso ao vigário. Nós, do nosso lado, a gente está na
1023 posição oposta disso. Quando nós assumimos essa posição, nós
1024 justamente estivemos aqui para ouvir das pessoas do Estado do Pará, da
1025 Dra. Ione, da Dra. Elaine, da Dra. Ana Cláudia Pinho, pessoas do
1026 Ministério Público do Pará, entendendo que são pessoas especialmente
1027 qualificadas para falar de conflitos agrários no nosso país, né? Está aqui
1028 a Dra. Andréia também, Prof. Girolamo Treccani, que é uma autoridade
1029 nacional nesse tema, assim como a Universidade Federal do Pará tem
1030 uma posição muito destacada, a Dra. Josineide, né, juíza aqui também no
1031 Estado. Nós fizemos uma reunião antes de começarmos a atuar aqui no
1032 Estado, nós fizemos uma reunião bastante ampla. Foi daí que nós nos
1033 conhecemos, não foi, doutora, na sede da OAB, o Dr. André esteve
1034 presente também, essas promotoras. Nós procuramos reunir um amplo
1035 leque da sociedade civil e dos órgãos públicos justamente para que a
1036 gente pudesse fazer uma aproximação da compreensão da complexidade
1037 dos casos aqui do Estado do Pará, né? Então, queria cumprimentar
1038 também pessoalmente o deputado Bordalo, que é uma atuação
1039 incansável e para nós é um exemplo também de militância nessa área.
1040 Eu fiz uma menção ao Dr. Marcos, mas eu queria explicar que o Dr.
1041 Marcos, ele esteve conosco como um convidado, na condição de um
1042 defensor público da União, em uma missão da Comissão Nacional de
1043 Enfrentamento da Violência no Campo. Então, eu estou aqui ao lado da
1044 minha amiga Máira, defensora pública no Estado de São Paulo, brilhante
1045 defensora do júri no Estado de São Paulo, e que já começou, em pouco



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1046 tempo, né, em um ano, a transformar um passivo secular nessa questão
1047 de terras no nosso país e no INCRA, que também é uma instituição que
1048 tem um passado muito difícil, né? Eu falo para as pessoas que o INCRA
1049 foi criado em 1970, 71, no governo Médici, no auge da violência da
1050 Ditadura Militar no nosso país. Então, é um órgão que tem uma natureza
1051 intrinsecamente, essencialmente democrática e que foi criada no período
1052 de maior violência da ditadura no nosso país. Então, eu acho que tem
1053 alguns aspectos institucionais, históricos que precisam ser falados
1054 também quando a gente fala da violência no campo, né? Então, a gente...
1055 Eu ouvi falar bastante da segurança jurídica, e é claro que é um princípio
1056 muito caro a nós, mas aqui o Estado do Pará acumula os maiores casos
1057 de chacina no campo, Eldorado dos Carajás, Pau D'Arco. A primeira vez
1058 que eu estive aqui no Estado, que foi em 2010, eu estive como assessor
1059 especial do ministro Paulo Vannuchi, nós lidávamos com a questão da
1060 ameaça de morte ao Dom Erwin Kräutler, bispo, né? Então, assim, a
1061 violência histórica aqui no Estado chega a ameaçar um bispo de morte. E
1062 não é à toa que existe esse ditado de ir reclamar com o bispo, né? "Olha,
1063 eu vou ser despejado com a minha família", pessoas de 80 anos de idade,
1064 gerações inteiras em uma área pública. "Bom, vai reclamar com o bispo".
1065 Vem daí esse dito. E o Dom Erwin, ele era ameaçado de morte, era
1066 acompanhado por equipes da Polícia Federal 24 horas por dia, né, 24/7,
1067 como se diz. Então, o nosso papel ali... Antes de mais nada, é importante
1068 também fazer essa distinção do que é o MDA e do que é o INCRA. É
1069 natural que haja essa confusão, porque em um passado recente essa
1070 função que hoje a gente divide, a Dra. Claudia e a Dra. Máira, pertencia
1071 a uma única instituição, que era a Ouvidoria Agrária nacional, que foi
1072 chefiada por 19 anos pelo desembargador Gercino Silva, que era um
1073 desembargador do Tribunal de Justiça do Acre, ele também ameaçado
1074 de morte por 15, 20 anos, porque ele teve a ousadia de enfrentar o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1075 Hildebrando Pascoal, né? Ficou famoso. Não sei se o professor--
1076 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR.
1077 DANIEL JOSEF LEMER: Exatamente, da motosserra, que assassinava
1078 pessoas com motosserra e enterrava... esquartejava pessoas com
1079 motosserra. E o desembargador Gercino enfrentou, né, em um processo
1080 condenando essa pessoa, razão pela qual ficou ameaçado de morte por
1081 15, 20 anos, ele também com escolta da Polícia Federal 24/7, né? E
1082 recentemente eu soube que ele se hospedava--SRA. MAÍRA CORACI
1083 DINIZ: Ele morava em um hotel em Brasília-- SR. DANIEL JOSEF
1084 LEMER: Morava-- SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Que ele mudava. Até
1085 hoje. SR. DANIEL JOSEF LEMER: Exatamente. SRA. MAÍRA CORACI
1086 DINIZ: Agora que ele aposentou que ele está em um outro lugar
1087 desconhecido. SR. DANIEL JOSEF LEMER: Exatamente, Dra. Maíra.
1088 Recentemente só eu soube que ele se hospedava nessas missões que
1089 nós fazemos com nome falso. Só descobri essa história recentemente. Eu
1090 lembro que eu encontrava o desembargador Gercino na condição de
1091 assessor especial do Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos, eu
1092 falava: Coitado desse homem. Esse trabalho dele é muito difícil, né? Mal
1093 sabia eu que, com as voltas que o mundo dá, eu ia acabar indo parar
1094 nesse lugar. Mas, enfim, isso também para dizer que existe esse lado
1095 dessa... da história do nosso país, né? Então, tem muitas pessoas que
1096 são tratadas como proprietários que são grileiros de terras. Essa situação,
1097 essa malha fundiária, essa confusão que ninguém entende como o Prof.
1098 Girolamo Treccani é um desafio, porque... Inclusive, toda essa parte do
1099 Direito Imobiliário e do Direito Agrário, ela é muito ligada a esse passado
1100 colonial, né, e muito concentrador de poder, de terras. Eu não quero fazer
1101 um discurso ideológico, mas essa é a realidade. Existe... Esse é o pano
1102 de fundo do que é essa matéria, né? Então, nós estivemos agora,
1103 recentemente, em Pau D'Arco, onde houve um massacre de dez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1104 trabalhadores. Eram pessoas que estavam em uma área pública. Eram
1105 pessoas que estavam em uma área pública. Então existe essa confusão,
1106 né? Então, assim, essa nossa unidade que era chefiada pelo Dr. Gercino,
1107 na condição de um desembargador de Justiça... E isso, Dr. Mairton, por
1108 que é importante que seja um desembargador? É porque se a pessoa não
1109 estiver em uma situação de poder institucional tão clara, a pessoa sequer
1110 vai ser ouvida para mediar esses interesses tão grandes. Então, ninguém
1111 questiona a importância e a envergadura do direito de propriedade, mas
1112 a gente tem uma tradição de uma polícia que é violenta, a gente tem uma
1113 tradição de uma Polícia Militar que tem se modernizado gradativamente,
1114 mas que facilmente é capturada por poder político local, por poder
1115 econômico local. É assim que é o nosso país. Então, para tentar dialogar
1116 com o senhor, Dr. Mazutti, mais diretamente, que tem um conhecimento
1117 muito aprofundado na área, que eu respeito muito, como professor,
1118 inclusive falei para a Dra. Claudia, falei: Puxa vida, queria aprender mais
1119 de Direito Agrário com o Dr. Mazutti, né, um professor universitário
1120 também com obras publicadas, para dizer: Olha, essa conduta de pedir
1121 um prazo a mais não é uma molecagem procrastinadora meramente. É
1122 aquela manobra do malabarista chinês. O malabarista chinês, ele começa
1123 a girar um prato, aí ele vai, ele começa a girar outro, outro, outro, e depois
1124 de um tempo ele não pode parar, ele tem que dar impulso a todos os
1125 pratos simultaneamente. O papel que a gente vive institucionalmente hoje
1126 lá é esse. A gente... para conseguir até priorizar os casos mais graves, a
1127 gente precisa ir conseguindo um prazo aqui, um prazo ali, para poder ir
1128 fazendo alguma gestão emergencial, né? Então, esse quadro de
1129 abandono do INCRA é um quadro histórico, é um quadro também de...
1130 que tem a ver com essas raízes, né? No ano passado, em dezembro do
1131 ano passado, nós fizemos um seminário lá em Brasília para discutir
1132 justamente esse papel do INCRA durante a Ditadura Militar, porque isso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1133 não é uma questão retórica. O INCRA foi utilizado em casos de
1134 desaparecimento de pessoas. Há relatos, testemunhos, de viaturas do
1135 INCRA vistas na execução de pessoas. É o caso de um massacre muito
1136 conhecido em Paulista, no interior de Pernambuco, onde foram mortas
1137 seis pessoas. O carro que foi utilizado para chegar até esse local era um
1138 carro do INCRA. Então, hoje as corporações privadas, todas falam em ter
1139 uma visão, uma missão, um órgão público. Como é que ele lida com esse
1140 passado dessa violência, né? Como é que ele lida com o fato de ter sido
1141 criado em um governo ditatorial para lidar com um processo que é o mais
1142 democratizante que eu conheço dentro do Estado brasileiro, que é esse
1143 de fornecer o acesso à terra? Então, Dr. Mazutti, eu queria... aquela vez
1144 a gente acabou não tendo a possibilidade também de conversar, mas
1145 queria chamar a atenção para esse tipo de aspecto, não é, que nós temos
1146 uma capacidade muito reduzida de pessoal de trabalho perto da
1147 quantidade de casos e que nós estamos efetivamente tentando retomar o
1148 INCRA em uma atividade que dê conta desse desafio monumental, com
1149 saída de servidores, com ausência de concursos públicos, né? Então, o
1150 ministro Paulo Teixeira, que é uma pessoa extremamente qualificada, ele
1151 é graduado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com
1152 mestrado por lá também, eu lembro que ele sempre falou... E ele é uma
1153 pessoa que tem uma capacidade técnica em uma ampla gama de temas,
1154 de processo civil a Direito Penal, a Direito Econômico, essa questão toda
1155 mais social e de Direitos Humanos. Eu lembro que ele falava assim: “A
1156 gente precisa trazer a Dra. Máira aqui para o INCRA”. E, de fato, hoje são
1157 poucas pessoas que estão ali, mas que trabalham 24 horas por dia, estão
1158 trocando mensagens de WhatsApp 1h da manhã. Hoje eu cheguei aqui
1159 às 9h, a Dra. Máira já estava aqui, eu falei... Eu cheguei mais cedo, era
1160 9h. Eu cheguei às 20 para às 9h, mas o Dr. Mairton já estava
1161 despachando no PJe, a Dra. Máira já estava com ele, o Dr. Mazutti



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1162 também. Então, assim, eu queria colocar um pouco desse outro espectro
1163 dessa questão que eu acho que é muito importante também de ser
1164 mencionado, fazendo essa distinção institucional aqui para os senhores.
1165 Olha, o INCRA tem uma diretoria hoje em dia que é incumbida de
1166 conflitos. A maior parte dos conflitos diz respeito a terras públicas do
1167 INCRA. Existe uma confusão com essas terras? Sim, existe, porque foram
1168 griladas. E eu acho que isso é um reconhecimento que a gente precisa
1169 fazer com todas as letras, que é dar parabéns ao desembargador Mairton
1170 por criar uma comissão como essa, de tão alto nível, para tratar de
1171 grilagem. Não é só a mediação e a conciliação, conforme determinado
1172 pelo CNJ, mas é falar de grilagem, é falar de grilagem de terras nesse alto
1173 nível, com os representantes mais importantes da institucionalidade, né?
1174 Então, eu vou levar esse documento aqui, professor. Eu não tinha
1175 conhecimento desse caso. A Dra. Claudia me pediu que trouxesse um
1176 caso aqui para pedir um prazo a mais. Essa nossa... É uma posição difícil
1177 a nossa. A gente entende isso, Dr. Mazutti, é chato para nós também,
1178 porque não é raro que a gente esteja pedindo mais uma prorrogação pela
1179 segunda, terceira vez, mas não é com ânimo protelatório em vão; é para
1180 a gente tentar correr e conseguir alguma medida que permita que essas
1181 famílias sejam assentadas, que essas famílias sejam objeto da política
1182 pública, que é de responsabilidade do INCRA, e que é uma política
1183 pública muito difícil por essa tradição de todos esses pontos que eu falei.
1184 Eu peço desculpas por me estender um pouco, mas para nós é importante
1185 esse espaço aqui, é por isso que a gente saiu de Brasília, mesmo com
1186 orçamento pequeno, para poder vir aqui participar, em um Estado que é
1187 um Estado estratégico, né? O Estado do Pará não é... é um país, né? Eu
1188 tenho muito orgulho de conhecer o Estado do Pará, que cada vez que eu
1189 venho aqui eu sinto muita alegria. E ontem estava chegando aqui depois
1190 de meia-noite e falando: Eu tenho muito orgulho de conhecer Marabá,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1191 Altamira, Santarém, São Félix do Xingu, Redenção, estar aqui em Belém,
1192 sei lá, pela 12ª vez. Eu tenho muita alegria disso e tenho muita admiração
1193 aqui pelo Estado. Era essa minha saudação. Eu fico à disposição, a
1194 Ouvidoria está à disposição também. Muito obrigado. DES.
1195 PRESIDENTE: Muito obrigado, doutor. Vamos aplaudir, né? O doutor...
1196 [aplausos] DES. PRESIDENTE: E agora, muito bem esperado de que a
1197 doutora... né? Dra. Maíra, ela veio para dar jeito, né? SRA. MAÍRA
1198 CORACI DINIZ: Obrigada. DES. PRESIDENTE: Doutora, está com a
1199 senhora. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Obrigada, Dr. Mairton. Bom,
1200 peguei até esse microfone porque, assim como Dr. Mazutti, eu sou do júri,
1201 então eu gosto de falar com as mãos também. Bom dia a todas, bom dia
1202 a todos os colegas aqui, as representações. Início também agradecendo
1203 o Dr. Mairton pelo convite, trazendo também os agradecimentos do
1204 presidente César, do INCRA, e também aqui estendido a todos aqui os
1205 presentes. Bom, vou explicar um pouco. Acho que tem... Eu anotei todos
1206 os questionamentos aqui, tá? Eu vou tentar ser objetiva, até porque eu
1207 acho que isso é importante nesse momento aqui da minha primeira
1208 participação aqui na comissão, ter um espaço até para ouvir as dúvidas
1209 dos senhores sobre as perspectivas que nós temos lá no Instituto
1210 Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Como dito aqui pelo Dr.
1211 Daniel, um grande amigo, generoso nas suas palavras, eu não sou uma
1212 servidora de carreira do INCRA, eu sou defensora pública em São Paulo,
1213 junto com... estadual, junto com a Dra. Andréia aqui, há 18 anos, e eu
1214 recebi o convite há cerca de um ano do ministro Paulo Teixeira para
1215 assumir um órgão do INCRA que foi criado na gestão anterior chamado
1216 Câmara de Conciliação Agrária, que acabou tendo algumas funções da
1217 antiga Ouvidoria Agrária repassadas a esse órgão. Esse órgão, ele tem,
1218 dentro da estrutura do INCRA, a incumbência de lidar com os conflitos
1219 agrários. O próprio nome diz, mediação, e ele tem todas as suas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1220 atribuições, todas elas normatizadas dentro de uma instrução normativa
1221 do INCRA, a 117. As atribuições desse órgão vão desde a mediação em
1222 processos judiciais, em processos extrajudiciais, os contatos com os
1223 outros órgãos dos Poderes Judiciário, dos poderes federativos,
1224 legislativo, movimentos sociais, sempre em busca de soluções pacíficas
1225 a serem apresentadas ali nos conflitos, né? Bom, podem ver que são
1226 atribuições importantes e são atribuições enormes também para uma
1227 equipe diminuta. Esse órgão foi criado na gestão passada, mas não foi
1228 estruturado. Nós estamos tentando estruturá-lo, a minha equipe é menor
1229 que a equipe da Dra. Claudia, não tenho nenhuma coordenação=geral,
1230 mas estamos tentando aí, junto aos conciliadores e às superintendências,
1231 criar essa cultura da mediação, criar esse entendimento da necessidade
1232 da nossa participação nesses processos e de uma participação
1233 qualificada, por mais que nós tenhamos dificuldades estruturais, e nós
1234 temos, e muitas, mas elas devem também ser compartilhadas até para
1235 não... como foi muito dito aqui, não levantar expectativas falsas, mas
1236 levantar perspectivas estratégicas concretas de soluções desses
1237 conflitos. Então, eu tenho conversado muito, que a gente tem uma
1238 representação da Câmara em cada superintendência, que é o conciliador
1239 agrário, e eu tenho tentado muito argumentar sobre esse viés de
1240 participação e de uma participação dentro de uma expectativa concreta,
1241 que se possa ser realizada. E aí, dentro disso, eu queria trazer um pouco
1242 do contexto que nós assumimos, que eu acho que é importante até para
1243 uma compreensão dessas estratégias, né? O INCRA, ele... na gestão
1244 anterior, ele teve orçamento zero para obtenção de imóveis. Durante sete
1245 anos a gente não tinha R\$ 1,00 em caixa, inclusive no orçamento do ano
1246 passado, né? Zero. Zero também para a questão quilombola. Inclusive,
1247 não se podia falar “quilombolas” dentro do INCRA. Tinha essa orientação,
1248 que não se podia trazer esse tema em nenhuma reunião, né? Então, nós



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1249 assumimos uma expectativa reprimida de sete anos. São 1,8 mil
1250 processos quilombolas parados, são inúmeros processos que envolvem
1251 o público da reforma agrária parados. E são expectativas que vão dos
1252 dois lados, tanto dos produtores rurais como dos movimentos sociais,
1253 como do Poder Judiciário [ininteligível]. E nós temos um trabalho de
1254 reconstrução. Eu não vim aqui para chorar pitangas; eu vim aqui para
1255 pactuar situações e estratégias. Uma perspectiva que nós vamos ter aqui
1256 para o próximo mês, que foi muito discutida e muito trabalhada
1257 internamente, é o retorno da Diretoria de Obtenção. E por que essa
1258 estrutura é importante dentro do INCRA? Porque essa estrutura que vai
1259 cuidar de todo o trabalho que envolve vistorias, que envolve
1260 levantamentos de áreas a serem adquiridas, e essa dificuldade que os
1261 magistrados inclusive nas comissões fundiárias... de soluções fundiárias
1262 estão tendo, porque muitas vezes o INCRA participa ou oficia... Eu já
1263 officiei diversos magistrados aqui, alguns eu já conheço por ler os
1264 processos, mas eu não tenho tempo suficiente para poder participar das
1265 reuniões e dos despachos. Mas essa estrutura é importante, o retorno,
1266 porque é essa estrutura que vai dar essa possibilidade do contato e de
1267 um cronograma mais claro dos trabalhos técnicos do INCRA. Sem isso, a
1268 gente fica sem um canal na ponta, né? A Diretoria de Obtenção, ela vai
1269 vir com toda a divisão de obtenção, servidores. Então, o superintendente,
1270 ele vai conseguir criar o fluxo de vistorias, o fluxo de cadastros, os fluxos
1271 de análise documental, o fluxo inclusive com a parceria dos outros órgãos
1272 de terra, a partir do momento em que ela for reestruturada. Ela foi
1273 cessada, acabaram com a Diretoria de Obtenção, ela sempre existiu na
1274 gestão anterior, e agora o decreto, ele já está na Casa Civil para ser
1275 aprovado com toda... porque envolve criação de cargos, envolve criação
1276 de funções em comissão. E ele já foi pactuado, a gente só está esperando
1277 a publicação. E mais do que a Diretoria de Obtenção vai ser, inédito,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1278 criada a Diretoria Quilombola, porque não dá mais para tratar esse tema
1279 como um apêndice de dentro da Diretoria Fundiária. Há necessidade,
1280 diante de todo o passivo histórico, de todos os conflitos, e são muitos aqui
1281 no Pará que envolvem comunidades quilombolas, a gente ter também
1282 uma mesma estrutura, com o mesmo status e com orçamento próprio
1283 dentro do INCRA. Então, são essas duas estruturas que serão criadas,
1284 tá? Isso é no curto prazo e isso vai mudar a estratégia com que a gente
1285 vai atuar nessas mediações. Isso que a gente está construindo a nível
1286 nacional e que vai rebater a nível regional. Outra estratégia interessante...
1287 Eu estou fazendo um panorama geral antes de entrar nos
1288 questionamentos pontuais aqui que me foram colocados. Outra estratégia
1289 muito importante, e que foi aprovada em abril, e foi fruto de um trabalho
1290 de todo o ano passado, um trabalho muito, eu diria, assim, que
1291 literalmente foi construído a muitas mãos e foi, assim, espremido para que
1292 saísse da maneira como... Porque nós não vivemos hoje uma situação
1293 favorável dentro do governo federal. Nós viemos de uma coalizão; nós
1294 ganhamos o governo federal, o Poder Executivo, mas perdemos o
1295 Legislativo. Isso é fato, né? Então, todas as nossas inovações, elas têm
1296 que ser muito bem pactuadas, sob pena de não saírem do papel, isso é
1297 fato. E ano passado, durante todo o ano passado, nós construímos o que
1298 foi anunciado pelo presidente Lula em abril, e aí até respondendo a Dra.
1299 Andréia, que foi o plano Terra da Gente, o decreto Terra da Gente. O que
1300 que é o decreto Terra da Gente? Ele é uma organização das formas de
1301 obtenção do INCRA e uma publicização e transparência dessas formas
1302 de obtenção. E aí eu digo para todos os atores que estão aí nessas
1303 questões que envolvem a disputa da terra, né? O decreto, ele traz... ele
1304 elenca essas formas de obtenção e o fluxo que vão se dar tais formas. Eu
1305 vou... não vou conseguir trazer todas, mas eu vou trazer as que são
1306 inovação, que eu acho que é isso que interessa aqui, né, o que é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1307 inovação. Uma das inovações que tem muito falado é a questão da
1308 adjudicação de imóveis de grandes devedores, né? Por que essa
1309 inovação é importante? Adjudicação, ela sempre existiu, ela está prevista
1310 no Código de Processo Civil, e havia uma grande dificuldade do poder
1311 público em realizá-la, do INCRA principalmente, porque havia uma
1312 previsão, e aí uma previsão interna, do Poder Executivo, do cálculo de
1313 uma balança contábil do orçamento público, que o INCRA, toda vez que
1314 ele ingressasse pedindo adjudicação - o imóvel já está penhorado, tem lá
1315 a dívida inscrita, já tem o processo de execução -, toda vez que o INCRA
1316 pleiteava aquele imóvel penhorado para a Fazenda Nacional, o INCRA
1317 tinha de ter a correspondência orçamentária do valor daquele imóvel no
1318 seu caixa. E eu não estou dizendo que é no orçamento; é disponibilidade
1319 financeira, é no caixa do banco mesmo, na conta do banco. Não é nem a
1320 disponibilidade orçamentária futura. Então... disponibilidade financeira,
1321 né, o que dificultava mais ainda. E isso era uma burocracia muito ilógica,
1322 porque o imóvel vai ser arrecadado pelo poder público, e muitas vezes
1323 seria leilado a preço ínfimo, e aí para o INCRA desapropriar ia gastar
1324 muito dinheiro em uma propriedade ou em uma compra e venda, sendo
1325 que ele está leilando a preço de banana em primeira e segunda hasta.
1326 Então a gente corrigiu essa distorção através de um parecer da
1327 Procuradoria da Fazenda Nacional, que foi respaldada e assinada
1328 inclusive pelo presidente Lula, como orientação geral a todos os
1329 ministérios, pacificando os entendimentos diversos. Isso, Dr. Mazutti,
1330 insegurança jurídica. Vamos pacificar internamente aqui o entendimento
1331 do governo federal. Isso foi realizado e publicado em fevereiro, após, eu
1332 digo, um longo debate em 2023. Eu costumo dizer que 23 foi o ano da
1333 arrumação da Casa e da apresentação da elaboração das propostas.
1334 Outra forma alternativa de obtenção - e aí eu conversei muito com os
1335 órgãos de terras estaduais - foi a possibilidade de a gente adquirir áreas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1336 estaduais com rebatimento da dívida do Estado frente ao orçamento da
1337 dívida pública da União, né, a dívida do Estado frente à União. Não
1338 tivemos nenhum caso ainda. Eu acho que inclusive essas formas de
1339 obtenção vão precisar de um acordo mesmo, um fluxo definido entre
1340 Estado e União, mas é uma oportunidade única de a gente solucionar
1341 conflitos que estão em terras devolutas estaduais. E eu sei a dificuldade
1342 do Estado. São diversas leis, uma atrás da outra, estaduais que trazem
1343 diversos tipos de orientação, então muitas vezes a gente não consegue
1344 sanear a questão fundiária daquela área, você precisa fazer uma cadeia
1345 dominial, você precisa resgatar processos de arrecadação de glebas, de...
1346 Outro dia eu estava com um processo que é dos anos 30. Então, assim,
1347 tem certas coisas que realmente vai ser muito difícil, né, e a gente vai ter
1348 que pactuar, pactuar entendimentos entre a União, entre o INCRA e o
1349 ITERPA acho que a nível, inclusive, superior, a nível de ministério e
1350 governo estadual. É isso. Mas tem essa outra forma alternativa de
1351 obtenção que é muito interessante para os Estados, que é a possibilidade
1352 de os Estados repassarem ao INCRA as áreas e terem um abatimento da
1353 sua dívida com a União, né? Então essa é uma outra forma alternativa.
1354 Outra forma alternativa: a possibilidade de o INCRA participar de leilão.
1355 Era muito obscuro, não estava sistematizado isso. Nós tivemos agora um
1356 bom exemplo em Pernambuco. No Estado... nos Estados do Nordeste
1357 tem diversos, inclusive, porque lá são diversas usinas com massas
1358 falidas. Então, a gente está participando... Alguns já estão para leilão, e a
1359 gente vai participar do leilão arrematando um preço muito melhor,
1360 inclusive, do que se fosse compra e venda, né? Outras situações, a gente
1361 está participando das massas falidas, inclusive está saindo muito benéfico
1362 para quem está em recuperação judicial ou está em processo de massa
1363 falida. E eu trago essa possibilidade para os magistrados da comissão.
1364 Dou um exemplo: uma usina específica em Pernambuco, os advogados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1365 pediram a recuperação judicial, e foi muito interessante o acordo, não foi
1366 uma adjudicação, foi uma alienação por iniciativa particular. Por quê?
1367 Porque a ideia foi fazer um acordo que chamasse a Procuradoria da
1368 Fazenda, chamasse o INCRA, chamasse o advogado da empresa que
1369 está pleiteando uma recuperação judicial, e a gente conseguiu fazer um
1370 acordo de compra da área com abatimento de juros, que possibilitaria a
1371 recuperação da empresa. Então, olha o benefício: a empresa recupera,
1372 não despede ninguém, a gente não perde o emprego, que é muito
1373 importante, e a gente resolve parte da questão fundiária. Então foi muito...
1374 assim, foi uma... A gente vai anunciar essa... São duas, na verdade, duas
1375 usinas em Pernambuco que vão... já fechamos o acordo, dentro da
1376 Comissão de Soluções Fundiárias inclusive, com a participação dos
1377 magistrados, e foi muito benéfico, porque tivemos aí um... só benefício de
1378 todos os lados, né? Todos os lados saíram satisfeitos. Então, se os
1379 senhores se depararem com alguma situação que envolva dívida, que
1380 envolva... a pessoa está... espólio. Espólio é outro que a gente atua
1381 também. Tem diversas situações... Tem uma situação específica que a
1382 gente está atuando, que estava para sair a reintegração, também a
1383 Comissão Fundiária atuou, nos chamou, e a gente levantou que a área,
1384 ela valia 32 milhões, a gente não chegou a fazer a vistoria ainda da área,
1385 a gente só pegou pelo levantamento do mercado de terras, em torno de
1386 32 milhões, e o espólio deve 27 milhões de imposto de renda. Então,
1387 assim... né? E para resolver... para o juiz do espólio resolver, ele precisa
1388 resolver o pagamento do imposto de renda, da dívida, que tem preferência
1389 inclusive, sabemos. Então, assim, você já resolve quantos processos
1390 judiciais nisso? Você resolve o espólio, você resolve a execução e você
1391 resolve a questão fundiária, né? Então, assim, são diversas situações que
1392 a gente tem que construir. E como o Dr. Daniel... muitas vezes a gente
1393 precisa de um tempo, um tempo para levantar todas essas informações,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1394 e nós precisamos do auxílio. O INCRA sozinho não consegue levantar
1395 todas, todas as informações necessárias para um processo. E eu estou
1396 tendo diversos auxílios de diversos juízes também com relação aos
1397 cartórios. Muitas vezes o INCRA tem dificuldade de entregar uma vistoria
1398 técnica, uma análise documental, porque não chega o documento do
1399 cartório, e a gente não tem poder de requisição. Então... Aí entram os
1400 outros órgãos nesse auxílio. A comissão é muito importante nesse auxílio,
1401 e eu estou orientando isso ao superintendente: se a dificuldade é cartorial,
1402 procura a comissão, procura os magistrados. É importante. Eles têm
1403 poder de requisição, tem a Corregedoria do Tribunal, que faz a
1404 fiscalização dos cartórios. Então, acho que a gente tem muito a contribuir
1405 nessas parcerias, até como foi colocado aqui pela Dra. Josineide. Eu acho
1406 que o que importa agora é a gente talvez orquestrar esses fluxos e
1407 estratégias, né? E aí, falando um pouco dessas parcerias, eu vejo assim:
1408 eu vejo uma grande vontade dos nossos servidores em realizar e pouco
1409 conhecimento e pouca estrutura mesmo. Então, muitas vezes se o
1410 superintendente vai lá e fala: "Ai, nós queremos, sim, nós estamos...", ele
1411 não está indo de forma leviana, criando expectativas falsas, até porque
1412 eu digo: Olha, a gente entra em um processo não é dizendo que a gente
1413 vai levar a solução, porque isso seria leviano; a gente entra no processo
1414 como um ator na busca da solução. E essa tem sido a orientação que a
1415 gente tem dado. Pode ser que realmente dentro ali a gente chegue em
1416 uma conclusão que não é possível a compra da área, porque tem uma
1417 questão ambiental, porque vem um laudo de inviabilidade para
1418 assentamento, mas a gente pode buscar outras soluções também ali de
1419 realocação. Mas isso demanda tempo, isso demanda contribuição de
1420 todos os atores dentro... e compreensão das nossas limitações. Foram
1421 sete anos de portas fechadas. Movimento social não era nem recebido,
1422 para vocês terem uma ideia. Eu, quando cheguei na Câmara de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1423 Conciliação Agrária, que, em tese, foi um órgão criado pela gestão
1424 anterior para poder receber o movimento social, não tinha nem agenda
1425 com movimento social, não tinha nem memória do que aconteceu nos
1426 últimos sete anos. Eu estou literalmente reconstruindo do zero. E
1427 reconstruir do zero com pouca equipe e pouco dinheiro dá muito trabalho,
1428 mas, assim, a vontade é grande. Eu até me penitencio por não ter vindo
1429 antes participar da comissão. Eu acho que eu estava dando mais
1430 prioridade aos casos que estão chegando mesmo ao INCRA nacional e
1431 às participações. Eu já participei de diversas reuniões das comissões, e
1432 por isso eu faço um apelo aqui aos magistrados: vamos fazer reuniões
1433 virtuais. Virtualmente, eu consigo participar, tá? Se for bem... eu consigo.
1434 Eu estou participando de diversas. Eu não consigo vir para o Pará. Não
1435 dá. Eu cheguei ontem às 2h da manhã, eu vou embora agora, depois do
1436 almoço. Então, assim, eu, infelizmente, não vou conseguir dar toda aquela
1437 atenção, mas eu estou tentando, enquanto INCRA, participar das
1438 primeiras reuniões, dar orientação para o conciliador e para o
1439 superintendente, e aí eles participam das demais. Talvez isso seja
1440 importante, a gente configurar os fluxos e as estratégias e o caminho. SR.
1441 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: [ininteligível]
1442 superintendente tem que participar-- SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Sim.
1443 Então-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
1444 [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Sim.
1445 Concordo. Isso aqui foi até... É, a necessidade foi trazida também pelo Dr.
1446 Horácio, da necessidade do diálogo entre os três superintendentes, né,
1447 que... Eu me comprometo, eu vou... A gente teve troca recente na
1448 Superintendência do Marabá, mas eu acho que a gente pode criar, sim,
1449 uma comissão, inclusive envolvendo o ITERPA, para a gente discutir
1450 entre... dentro dos órgãos de terra, essas questões envolvendo os
1451 conflitos e também envolvendo a fala do Prof. Treccani, que já tem nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1452 cobrado isso há muito tempo, né, professor, nós dois aqui. E, por favor,
1453 cobre. SR. BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS: Você está lá, eu estou aqui.
1454 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA
1455 SOLANO: O ITERPA e o INCRA são membros [ininteligível]. SRA. MAÍRA
1456 CORACI DINIZ: Não, eu vou... eu estou ouvindo. SR. MÁRIO ALFREDO
1457 SOUZA SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA
1458 CORACI DINIZ: Sim, sim, vamos. Então, eu até me comprometo a
1459 participar mais de reuniões dessas se tiver a disponibilidade virtual. Não
1460 sei, sei lá, pôr uma 'tevézinha' aqui, ó. Né? Não é não, Dani? Não? [risos]
1461 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Eu acho que fica mais fácil a gente aqui...
1462 Eu não tenho ninguém para encaminhar no meu lugar, tá? DES.
1463 PRESIDENTE: [ininteligível] licença para o CNJ para fazer virtual, que ele
1464 não permite. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Não, mas eu converso com...
1465 Eu estarei lá semana que vem inclusive, dia 27, no CNJ. Eu vou... Ótimo.
1466 DES. PRESIDENTE: [pronunciamento fora do microfone]. ORADORA
1467 NÃO IDENTIFICADA: Fabiane. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Fabiane.
1468 Não. DES. PRESIDENTE: Inclusive, ela quer saber o resultado dessa
1469 reunião. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Há. ORADOR NÃO
1470 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA
1471 CORACI DINIZ: Sim. Eu acho que pode ser presencial com a participação
1472 virtual, entende? [falas sobrepostas] SRA. MAÍRA CORACI DINIZ:
1473 Híbrida. É. Porque eu entendo, as pessoas não têm internet, mas, assim,
1474 as que eu estou participando é híbrida, são híbridas no caso, doutor.
1475 ORADOR NÃO IDENTIFICADO [02:01:01]: É, a Comissão de Soluções
1476 Fundiárias, ela tem como prática, [ininteligível] como prática, as sessões
1477 de interlocução que a gente chama, a gente não chama de audiência,
1478 [ininteligível], mas nós fazemos híbrida. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ:
1479 Ótimo, perfeito. Eu vou deixar ao final o meu contato, tá? ORADOR NÃO
1480 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1481 CORACI DINIZ: Isso. E a gente pode fazer essa estratégia. Eu participo
1482 com superintendente, com conciliador da primeira, da segunda, damos o
1483 direcionamento, e fico... se tiver alguma dificuldade na ponta, regional, os
1484 doutores terão o meu contato. Eu posso fazer essa interlocução. Ficamos
1485 assim, nesse acordo, né? E aí, vou passar então à resposta aqui dos
1486 diversos questionamentos. Começar aqui pela Dra. Neila (sic), do MP,
1487 que falou sobre a importância das parcerias, né? Já me comprometo aqui.
1488 Eu acho que a gente tem que fazer esse diálogo com os três
1489 superintendentes, junto com o ITERPA, para tentar construir aí, viabilizar
1490 a construção desse levantamento fundiário do Estado do Pará, que é
1491 muito difícil. E nós temos muito material, né, Bruno? Temos muitas
1492 pesquisas. Eu fiz semana passada, semana retrasada, eu fiz uma
1493 apresentação, uma discussão lá no INCRA nacional, sobre grilagem de
1494 terras na Amazônia, levando em consideração uma pesquisa realizada
1495 pelo CPI da PUC, pela Cristina, acho que muitos conhecem aqui. Eu quis
1496 apresentar essa pesquisa para os servidores do INCRA e levei a Dra.
1497 Fabiane, do CNJ, tivemos representações da Defensoria, tanto estadual
1498 como da União, do MP, Dra. Elaine foi. ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
1499 [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Eliane,
1500 isso. Dra. Eliane. E foi muito importante, porque são... Eu acho que falta
1501 também um conhecimento da Casa, interno, acerca dos caminhos que
1502 podem ser construídos com os parceiros. Então, dialogando com a
1503 questão da parceria, a parceria vai muito além aqui dos órgãos de terra,
1504 né? Todo mundo aqui tem um objetivo comum, que é solucionar conflito,
1505 é a paz no campo, impedir a violência. E todo mundo aqui tem uma certa
1506 dose de responsabilidade nisso também, seja segurança pública, seja o
1507 Poder Judiciário, os órgãos institucionais autônomos, como defensorias e
1508 ministérios públicos, e nós. Então, acho que talvez o que esteja faltando
1509 mesmo é a gente caminhar no fluxo único e claro das possibilidades, né?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1510 Outra coisa que foi colocada também é a transparência das informações
1511 fundiárias, foi pelo Prof. Treccani. Eu acho que precisamos, sim. Nós
1512 temos, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já um grupo
1513 de trabalho instituído de governança fundiária. Então, já tem... para o
1514 Brasil. Então, já tem uma iniciativa sobre isso. E talvez seja importante
1515 acioná-los até para trazer uma apresentação do que está sendo feito no
1516 âmbito deles, até para uma compreensão melhor e ouvir sugestões.
1517 Lembrando que não é fácil essa proposta aqui, né, professor? São muitos
1518 sistemas internos no INCRA, são muitas informações, mas ontem mesmo
1519 eu recebi um procurador da República na minha sala que estava
1520 querendo acesso aos sistemas do INCRA, e eu acho que cada vez mais
1521 a gente tem que dar acesso. A informação é pública, eu também não
1522 aguento mais responder LAI, o tempo que a gente perde respondendo
1523 LAI, eu falo: Não, eu prefiro que acesse, eu prefiro que acesse do que eu
1524 ter que ficar respondendo. Então, acho que a gente tem que caminhar...
1525 Enquanto governos estaduais, federais, o caminho é esse, a
1526 transparência. Nós temos aí mecanismos virtuais de acesso em qualquer
1527 lugar, a informação é pública, e o caminho do presidente Lula é esse
1528 inclusive, que ele criou uma plataforma da transparência, de fácil acesso,
1529 para isso, né? Sobre a participação do INCRA nas comissões, acho que
1530 eu já pontuei aqui a importância de a gente criar esse fluxo, também da
1531 possibilidade da participação híbrida, nos convidando na nacional. Aí foi
1532 colocada também pelo defensor público da União a falta de estrutura, né?
1533 Eu disse aqui sobre a questão da criação da Diretoria de Obtenção, que
1534 vai facilitar bastante esse fluxo dos trabalhos técnicos nessa área.
1535 Tivemos aí também um aporte de recursos para compra de terras esse
1536 ano, 350 milhões, tudo... já está carimbado, já está tudo empenhado
1537 inclusive. E são conflitos de 25 anos. Resolvemos agora um em Cascavel
1538 de 25 anos, conseguimos resolver um histórico em Minas, que a gente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1539 vai... que é o de Felisburgo, onde teve o massacre, que também tem 24
1540 anos, né, e o proprietário acordou na venda quando ele viu que a gente
1541 tinha o recurso para empenhar. E eu acho que a gente pode caminhar
1542 para outros, né? Esse recurso é desse ano, 350 milhões, mas a gente já
1543 está montando um plano para o próximo ano, e aí era importante a
1544 indicação... Eu já pedi para a superintendência, eles já me mandaram
1545 algumas. Cara, a gente vai resolver 100% dos casos em um ano, mas a
1546 gente pode direcionar, com auxílio dos magistrados, quais são os mais
1547 importantes, aqueles que estão... os conflitos mais... que precisam de
1548 uma resposta mais rápida. Então, eu estava conversando com o Dr.
1549 Mazutti, tem o caso de Pau D'Arco, que a gente já está em negociação
1550 com o proprietário, então... Inclusive, eu estou esperando agora ele fazer
1551 a contraproposta, está com ele para fazer a contraproposta. Eu conversei
1552 pessoalmente com ele, ele foi até Brasília com o advogado dele, fizemos
1553 uma reunião enorme, expliquei todas as possibilidades de pagamento,
1554 expliquei que não necessariamente precisa ser em TDA, que a lei permite
1555 que seja um pagamento à vista, valor de mercado, tá? Eles não sabiam,
1556 e aí essa é uma informação importante, porque às vezes o proprietário
1557 não quer negociar porque ele acha que vai ser pago em título da dívida
1558 agrária, com resgate de cinco a dez anos, e eu falei: Não, a lei permite o
1559 pagamento à vista, porque para o INCRA não faz a menor diferença se é
1560 à vista ou se é em TDA, porque sabe o que o INCRA vai ter de fazer? Vai
1561 ter de tirar o dinheiro do caixa dele e ir lá comprar TDA [ininteligível]
1562 proprietário. Então, em vez de fazer, manda logo direto para o
1563 proprietário. E tem uma previsão legal que permite isso, né, 8.629. Então,
1564 assim, acho que é construir os fluxos mesmo e as informações corretas.
1565 Outro também... A pergunta do Dr. Haroldo, juiz de Redenção, sobre as
1566 expectativas nas mediações, né, e diante da não conclusão dos
1567 processos. Eu compreendo perfeitamente. Esse é todo um cuidado que a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1568 gente está tendo, tá? Como eu disse, a gente está ainda na construção
1569 das estratégias, e por isso eu acho importante talvez a participação da
1570 nacional no início, dando o direcionamento, depois, claro, deixando para
1571 o superintendente e para o conciliador agrário na ponta, mas a ideia não
1572 é criar expectativas falsas, não, em nenhum dos dois lados. A ideia,
1573 primeiro, dentro de uma mediação, é ter a garantia de todas as
1574 informações. Acho que é isso. A gente não vai para uma mesa de
1575 negociação sem o domínio completo das informações. Questão... Laudo
1576 fundiário, orçamentário, o que é possível aqui dentro das modalidades de
1577 obtenção, o que é viável. Quando a gente tem o domínio de todas as
1578 informações, aí a gente está seguro para mediar e colocar na mesa o que
1579 é possível e o que não é, né? O Dr. Antônio também, de Altamira, também
1580 foi nessa linha da importância da participação nas comissões. Acho que
1581 o Dr. Horácio aqui eu falei. Dr. Mazutti, que falou da questão do
1582 cumprimento do limite do número de hectares, né, das expectativas. Dou
1583 um exemplo, Dr. Mazutti. Concordo plenamente com o senhor. Nós
1584 estamos retomando um grande assentamento lá em Mato Grosso, 115
1585 mil hectares, grilado de soja, de concentradores, grilado, completamente
1586 ilegal, e a gente agora vai... agora, em julho, fazer uma grande operação
1587 com a Polícia Federal para retomar. Não tem nenhuma casa construída.
1588 Você entra, assim, é um mar de soja. Acabaram com reserva legal, com
1589 tudo. E quando esse assentamento foi criado, em final dos anos 90, ele
1590 foi criado com cem hectares por família, e essa foi uma das causas da
1591 grilagem lá. Quem é que cuida de cem hectares? Você tem que ter toda
1592 uma estrutura. E esses cem hectares, metade tinha que ser de reserva
1593 legal. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: [pronunciamento
1594 fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Era o lote. Metade...
1595 Pelo projeto. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Doutora, nós temos uma
1596 informação... Por exemplo, o INCRA do Sul e Sudeste do Pará, né, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1597 tem o INCRA [ininteligível]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Aham. SR.
1598 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Nos últimos anos teve 518 assentamentos,
1599 518, para uma área de Sul e Sudeste. Eu fui fazer uma inspeção agrária
1600 em Ulianópolis, e lá encontrei um líder sindical. Ele me falou que foram
1601 assentadas 420 famílias, e só tinha ele.

1602 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: De originário? Sim. SR. AMARILDO JOSÉ
1603 MAZUTTI: Só ele. Ele ia vender também. Por quê? O cidadão que
1604 vendeu, ele se apropriou, foi comprando dos outros também. SRA. MAÍRA
1605 CORACI DINIZ: Sim. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Então existe uma
1606 certa consequência de apropriação, que eu não gosto desse termo,
1607 “grilagem”, apropriação institucional. Você permite isso. SRA. MAÍRA
1608 CORACI DINIZ: Sim. É. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Uma sugestão,
1609 só para interromper sua fala, uma sugestão de fazer um trabalho
1610 metodológico no próprio INCRA. Como dizia o Sócrates, não aquele do
1611 Corinthians, o filósofo: “Conhece-te a ti mesmo”. Eu acho que o INCRA
1612 tem que fazer uma-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
1613 Por quê? Não pode ser o do Corinthians? SR. AMARILDO JOSÉ
1614 MAZUTTI: Não. Ele já... ele cumpriu a parte dele, que a gente conheceu,
1615 né, deputado, mas o-- SR. DANIEL JOSEF LEMER: [pronunciamento fora
1616 do microfone]. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
1617 microfone]. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É. Olha aí, corinthiano, ó--
1618 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Mas tem esse trabalho já normatizado
1619 também. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
1620 microfone]. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Para ver o que é que deu
1621 errado nesses 518 assentamentos, que não tem [ininteligível]. SRA.
1622 MAÍRA CORACI DINIZ: Tá. Tá. Então, nesse ponto da fiscalização dos
1623 assentamentos... Por exemplo, esse de Itanhangá a gente já conseguiu a
1624 reintegração... Aliás, a gente tinha conseguido 264 decisões de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1625 reintegração em 2016. Ficou sete anos parado, ninguém cumpriu, tá?
1626 Vamos aqui colocar os pontos nos Is, porque tinha muita terra pública e
1627 assentamento que o INCRA já podia ter retomado anos atrás, mas sentou
1628 em cima do processo e não cumpriu a determinação do Judiciário
1629 inclusive, e aí chegou esse passivo. Então, esse caso de Itanhangá a
1630 gente vai cumprir agora, vai iniciar o cumprimento, porque ele é muito
1631 demorado, estou falando, assim, de uma área enorme, então tem todo um
1632 plano que foi apresentado inclusive para o juiz, e a gente já vai assentar
1633 cem famílias, só que não vai sendo cem hectares. A gente remodelou.
1634 Tem lote de 30, tem lote de 20, dependendo das condições do lote, a
1635 gente... da água, do fornecimento de água. Então é isso. A gente já está
1636 com esse padrão de diminuição e de tentar também... Porque não é só
1637 diminuir o número de hectares; é dar condição de produção naquele
1638 número de hectares, né? Então, nós temos também um projeto de
1639 [ininteligível] lá comandado pelo MDA com os editais de parcerias com as
1640 universidades e com os institutos federais, porque a ideia é isso, é dar...
1641 E tem, claro, os créditos, né, tanto do Pronaf. Vai sair agora o Plano Safra,
1642 que vai ser melhor para a agricultura familiar. Lembrando que a
1643 dificuldade do Plano Safra do ano passado não foi nem as condições que
1644 foram impostas, porque as condições são muito boas, é 0,5% de juro, três
1645 anos para começar a pagar. Então, assim, são condições, assim... 40%
1646 de rebate se entrar no Pronaf A, que é o Pronaf da reforma agrária. É,
1647 40%. Se você paga em dia, você tem um desconto de 40% do valor.
1648 Então, assim, as condições são excelentes do Pronaf A. O problema é
1649 que está todo mundo com o nome sujo. Esse é o problema. Aí o banco
1650 não quer dar. É isso. Então, a gente está pensando... E isso foi observado
1651 ano passado, que tem um trabalho anterior a ser feito. Aliás, [ininteligível]
1652 muito a Defensoria Pública. Eu falo isso: Chamem a Defensoria Pública,
1653 porque... É, para fazer, porque... negociar a dívida. Às vezes você... O



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1654 banco quer negociar a dívida, o banco quer... É importante para a
1655 economia-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
1656 [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Girar
1657 a economia, né? Ele quer receber aquele dinheiro público para fazer girar
1658 o contrato de crédito. Então, assim... então, eu acho até que já está em
1659 conversas com as duas defensorias, né, com o Condege e com o
1660 Leonardo. Mas é esse-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
1661 [pronunciamento fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Sim.

1662 SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: [pronunciamento fora
1663 do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Pois é. [risos] SR. CARLOS
1664 EDUARDO BARROSO BORDALO: [pronunciamento fora do microfone].
1665 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Sim. Mas, ó, o plano-- ORADOR NÃO
1666 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. [risos] SRA. MAÍRA
1667 CORACI DINIZ: Mas, olha, o Plano Safra vai abarcar os dois. SR.
1668 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É, o habitacional também, né? [falas
1669 sobrepostas] SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: É. [falas sobrepostas]
1670 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
1671 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: O Plano Safra, ele abarca todas... todo o
1672 pequeno, médio, grande, mas vai ter um valor maior para o agricultor
1673 pequeno e umas condições melhores. Para além disso, também tem os
1674 créditos Instalação do INCRA. Toda vez que a gente cria um
1675 assentamento, a gente é obrigado a dar um Crédito Instalação, que é um
1676 crédito que vai para a construção da casa, para iniciar a produção. Aqui
1677 no Pará, inclusive, tem um crédito específico para cacau, para produção
1678 de cacau. Eu fui outro dia em uma visita lá em Altamira, no PA Ressaca,
1679 e tinha um rapaz produzindo cacau, assim, eu fui até na plantação dele.
1680 E eu acho que isso, inclusive, é algo que a gente tem de estar trabalhando
1681 para o aumento, primeiro porque o preço do cacau está maravilhoso no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1682 mercado externo, né, quem está plantando cacau, está se dando bem;
1683 segundo porque gado... já se deu que o gado acaba com o pasto, acaba
1684 com a produção, então, assim, já está tendo uma conscientização do
1685 produtor que tem que variar, não dá para ficar só no gado. Olha que eu
1686 vim do júri, hein? Já estou sabendo até de solo. [risos] SRA. MAÍRA
1687 CORACI DINIZ: Então a gente está com essa política pública de ofertar
1688 um crédito específico para cacau, porque o cacau, ele trabalha em uma
1689 perspectiva agroecológica, de reflorestamento, ele precisa da sombra das
1690 árvores grandes, né? Tem até a novela aí que está ajudando inclusive na
1691 divulgação, na-- SR. MARCUS WAGNER TEIXEIRA: [pronunciamento
1692 fora do microfone]. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: É. Sim, sim. Então,
1693 outras perguntas aqui. A resposta dos órgãos judiciais. Não é só o
1694 Judiciário que anda reclamando, o Ministério Público também, Polícia
1695 Federal. Eu acho que isso vem muito da questão estrutural da
1696 superintendência. Tem superintendência que está se dando...
1697 correspondendo muito bem, tem umas que não. São casos pontuais que
1698 devem, sim, ser considerados, e eu já coloco à disposição para fazer...
1699 intermediar. Se os senhores tiverem alguma dificuldade com informação,
1700 a gente tem que cumprir e tem que mandar informação, seja o ente que
1701 está perguntando. Pode ser um juiz ou pode ser um representante do
1702 movimento social. É nossa obrigação informar. Então, já vou colocar
1703 meus contatos. Eu acho que é uma questão de arrumação de fluxo interno
1704 da superintendência mesmo. A questão de centralizar a informação e o
1705 método, eu acho que posso talvez fazer uma mediadora interna no
1706 sentido de buscar as informações e uma rápida resposta nas
1707 superintendências. Acho que de perguntas foram essas. E, por fim, eu
1708 queria só ressaltar aqui, que eu já falei muito, eu quero ouvir um pouco
1709 vocês, eu só queria ressaltar o nosso compromisso, enquanto INCRA, da
1710 retomada da política de reforma agrária, da retomada da política de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1711 regularização fundiária, da retomada das fiscalizações em
1712 assentamentos. Ano passado fizemos uma grande fiscalização,
1713 supervisão, do Terra Nossa, que é a maior área... PDS, né? O maior
1714 assentamento do Pará é o Terra Nossa. São 149 mil hectares, né? Nós
1715 fizemos uma grande operação lá que levou quase seis meses. Então,
1716 imaginem, seis meses de supervisão com servidor do INCRA e com
1717 Polícia Federal. Imaginem o tamanho de uma operação dessa. Não são
1718 coisas fáceis de saírem do papel, gente. Não são. Ainda mais com o
1719 tamanho do Estado que é aqui. Mas a ideia é... A gente vai fazer outras,
1720 em outras, vamos fazer no Asurini, vamos fazer no Ressaca. Tem outros
1721 assentamentos também que já têm uma previsão de fazer a supervisão
1722 ocupacional. A supervisão ocupacional é onde a gente vai fiscalizar, e
1723 quem não tem direito de estar, vai sair, mas não sai rápido, porque a gente
1724 precisar da ajuda do Judiciário para sair. O INCRA não pode ir lá e falar:
1725 “Ó”, tirar à força. “Sai daqui que o senhor não tem requisito para ser
1726 beneficiário, o senhor não pode estar nessa área. Sai daqui que eu vou
1727 pôr lá quem tem requisito”. Não, não dá. Então, isso vai demorar tempo,
1728 e vai precisar do Judiciário. O Terra Nossa a gente vai entrar com muita...
1729 Não sei quem é o juiz que... estadual. Não, federal no caso. É Novo
1730 Progresso a cidade. Eu vou conversar antes com o magistrado-- SR.
1731 BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS: [pronunciamento fora do microfone].
1732 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [pronunciamento fora do microfone].
1733 SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: É. Altamira. Juiz de Altamira, né? Vou
1734 conversar antes com o senhor, porque o senhor vai ficar assustado com
1735 o número de reintegração que vai chegar brevemente. [risos] SRA.
1736 MAÍRA CORACI DINIZ: Por conta disso. A gente precisa retirar quem não
1737 tem direito e botar quem é de direito, que são os acampados que estão
1738 nas áreas, né? Isso vai corresponder à totalidade? Não. A gente já tem
1739 cadastradas mais de 10 mil pessoas com perfil, tá? Lembrando que,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1740 assim, o INCRA cadastra movimento social, e o cadastro não significa que
1741 ele tem direito à terra, mas o cadastro é importante porque a gente faz um
1742 filtro... Agora o cadastro, ele, por conta do TCU, ele tem toda uma
1743 sistematização, ele é eletrônico, ele cruza informações por CPF com
1744 todas as bases do governo federal. Então, assim, estou lá no
1745 acampamento, o INCRA me cadastrou, eu tenho direito à terra? Não.
1746 Primeiro você vai ter que concorrer a um edital de seleção pública, isso é
1747 explicado, e segundo que o seu CPF vai ser cruzado com banco da
1748 Receita Federal, CadÚnico, todos os bancos, o CNIS, e aí na hora... A
1749 gente criou um programa que já vai detectar se é beneficiário ou se não
1750 é. Então ele cruza, e aí você consegue filtrar quem realmente... São os
1751 vulneráveis, né, quem realmente está ali. E lembrando também que o
1752 edital de seleção do INCRA, a partir do decreto do presidente Lula do ano
1753 passado, ele considera inclusive aptidão para agricultura, tá? É um dos
1754 requisitos que tem que ser apresentado na hora de concorrer a um lote
1755 de reforma agrária. O senhor tem... o senhor e a senhora têm aptidão para
1756 agricultura? Qual é o histórico de vida do senhor? Porque também não
1757 adianta assentar quem não vai ter um interesse em conduzir agricultura
1758 familiar. A gente quer produzir comida, a gente quer diminuir inflação
1759 produzindo comida. Essa é a ideia do programa Terra da Gente. Então,
1760 todas essas discrepâncias normativas foram muito bem corrigidas ano
1761 passado, e agora é começar a resolver os problemas in loco. Vamos
1762 resolver tudo em dois anos e meio, dois anos e nove meses, que falta?
1763 Não vamos, mas vamos fincar um caminho, um caminho em parceria.
1764 Sabe por que é importante a parceria? Quando a gente finca um caminho
1765 em parceria com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, não vai virar
1766 política de governo; vira política de Estado. E acho que a ideia é essa,
1767 talvez o legado tenha que ser esse da Comissão Fundiária. Eu não tenho
1768 dúvida que a Comissão Fundiária, viu, Dr. Mairton, todos os órgãos, ela é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1769 essencial - eu falo isso nas poucas vezes que eu fui no CNJ, vou de novo
1770 semana que vem -, ela é essencial, porque ela chama para todos os
1771 atores a responsabilidade, e a partir do momento que você distribui essa
1772 responsabilidade, você cria a cultura da política de Estado. E aí,
1773 independente do governo que vier sentar, ele vai ter que seguir aquilo,
1774 porque aquilo não é uma política do governo; é uma política de todos os
1775 órgãos que estão ali envolvidos. Então, acho que esse legado da
1776 comissão vai ser o grande legado para a política fundiária nesse país, eu
1777 não tenho a menor dúvida disso, porque eu estou vendo isso na prática,
1778 eu estou vendo nos casos que a gente está conseguindo resolver, por
1779 enquanto poucos, diante da nossa estrutura, mas muito relevantes. Então,
1780 coloco aqui... deixo firmado o meu compromisso, peço desculpa por todo
1781 o acúmulo de ausência dessa instituição nessa discussão, mas acho que
1782 as intenções aqui são as melhores: é caminhar junto, resolver os conflitos
1783 e garantir aí a satisfação de todas as partes, porque o caminho a gente
1784 tem. A gente só precisa criar mesmo estratégias e melhorar os nossos
1785 fluxos. Agradeço o convite novamente, Dr. Mairton, agradeço a presença
1786 de todos os colegas, e fico à disposição aqui para as perguntas. Obrigada.
1787 [aplausos] DES. PRESIDENTE: Bom, gente, eu... vamos já para a nossa
1788 parte final. Veja qual é a próxima reunião, dia, que nós vamos fazer. SR.
1789 BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS: [pronunciamento fora do microfone].
1790 DES. PRESIDENTE: Pois não. Fique à vontade, doutor. SR. BRUNO
1791 YOHEIJI KONO RAMOS: Você me empresta o microfone? Já que vocês
1792 pegaram o microfone, [ininteligível]. Bem, eu tenho direito ao contraditório
1793 também, já que a gente foi citado, né? [risos] SR. BRUNO YOHEIJI KONO
1794 RAMOS: Né? Bem, obrigado pelas suas palavras, pelos esclarecimentos,
1795 eu acho que é superimportante. Acho que a gente tem que estar
1796 reescrevendo, realmente, a história, fazendo esses realinhamentos. Não
1797 vai ser a última vez, a gente precisa estar sempre revisitando. Então,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1798 assim, nosso agradecimento também, Daniel, porque estar vindo aqui é
1799 superimportante, porque eu tenho ido à Brasília, em especial ao MDA,
1800 sou muito bem recebido e muito bem conduzido também pela equipe do
1801 ministro Paulo Teixeira, pelo Moisés Savian, pela Shirley, pelo Victor, pelo
1802 Herbet. Então, a gente realmente tem um entrosamento lá, né? E só
1803 quando a gente vem para a base, aqui, a gente fica realmente
1804 preocupado, porque o que eu vejo lá a gente não consegue enxergar aqui,
1805 né? Então, é muito importante essa representatividade do MDA,
1806 representatividade do INCRA Brasília aqui, para pousar justamente as
1807 políticas públicas, né? E nesse sentido, a gente também tem buscado a
1808 integração aqui com o INCRA, não só com o INCRA, mas o INCRA e a
1809 SPU. Nós fizemos já uma reunião técnica, foi o primeiro encontro técnico
1810 dos órgãos de terras, que a gente chamou de 1º Encontro do
1811 Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária, ou seja, foi totalmente
1812 técnico. Dali saiu um termo de cooperação, realmente, de fato, já foi
1813 assinado o termo de cooperação, Dr. Mairton, e desse termo de
1814 cooperação nós começamos a fazer o processo, que aí eu venho para as
1815 questões colocadas pelo Dr. Horácio, pelo Prof. Treccani e pelo coronel
1816 Solano, de organização e... na verdade, qualificação e organização da
1817 base fundiária, para justamente retirar essas sobreposições. Já fizemos
1818 uma primeira parte na SR Belém agora, né, que foi reclassificada, que é
1819 a região daqui do... a sede que fica aqui em Belém, passamos para
1820 Marabá, só que se perdeu o fôlego. Nós continuamos a disponibilizar a
1821 equipe do ITERPA... Como é que funciona esse trabalho? Nós mandamos
1822 uma equipe do ITERPA, quatro cartógrafos ou geomensores, enfim, com
1823 os equipamentos, com computador, com todos os softwares necessários,
1824 mandamos para lá, e nós ajudamos a equipe do INCRA a fazer a
1825 atualização da base. Ou seja, fazemos um filtro do que é do Estado, do
1826 que é da União, como foi colocado aqui pelo doutor... bem colocado pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1827 Dr. Horácio. E a gente realmente precisa retomar esse trabalho. Nós
1828 sabemos que houve uma troca no INCRA Marabá também, a gente
1829 entende essa reposição que foi colocada lá, mas a gente realmente
1830 precisa avançar, porque, gente, é possível avançar. É totalmente possível
1831 avançar. Eu costumo dizer que eu sou um otimista realista. Eu sou muito
1832 otimista, mas também eu tenho o pé no chão. E a gente é sempre muito
1833 bem recebido, mas a gente precisa de fato, porque ou eu venho para a
1834 reunião da Ouvidoria ou eu vou para a reunião da Corregedoria, e aí eu
1835 sempre falo dessa situação que... desse trabalho, que ele é inédito, na
1836 verdade, e ele é muito importante para todos nós, não só para ITERPA
1837 quanto para INCRA, mas também para a sociedade civil, né? Porque
1838 informação fundiária, como eu bato, falo e bato, ela tem que... primeiro
1839 tem que estar qualificada, porque quantas vezes, enquanto procurador do
1840 ITERPA, eu chegava lá na... na época, a Dra. Claudia Favacho ainda na
1841 Vara Agrária de Marabá, e depois Castanhal, né, e eu... a gente pedia
1842 uma informação da base, passava informação, 30 dias depois chegava
1843 uma atualização. Aí eu tinha que ir lá com a Dra. Claudia, rezando para
1844 não ser preso, para poder falar para ela: Ó, doutora, não é bem assim.
1845 SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Desconsidere. SR.
1846 BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS: Desconsidere, porque... sabe? Então,
1847 isso mostra a fragilidade. E a gente está em um processo já há seis anos
1848 buscando construir essa base com metodologia, com legendas
1849 adequadas, uniformizadas, partindo dessa reunião, dessa reunião
1850 técnica. Ou seja, reunimos todos os técnicos, vieram técnicos de Marabá,
1851 de Santarém, de Belém, a SPU esteve presente através dos seus
1852 técnicos. Então, assim, foi um movimento muito importante. E a gente
1853 quer continuar porque a gente precisa continuar. Só no último
1854 levantamento que nós fizemos lá, que foi no final do ano passado, a
1855 gente... nós descobrimos lá uma sobreposição de... que eram áreas do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1856 Estado de mais de 1,5 milhão de hectares. Então a gente precisa fazer...
1857 estar fazendo esse processo de qualificação de base, tá? Então..., mas
1858 isso já existe. Também a gente está nesse processo de integração com a
1859 PGT através do nosso sistema iPGT(F), a gente já está avançado na parte
1860 do CCIR também. O próximo passo, depois, vai ser o Sigef, atendendo
1861 também um pleito sempre reiterado, mas eu acho superimportante, do
1862 Prof. Treccani. Ele está rindo já aqui para mim. Só de visão periférica, Dr.
1863 André, eu já vi ali que ele estava sorrindo, né, que ele já sabe. Mas é
1864 porque também nós entendemos-- ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
1865 [pronunciamento fora do microfone]. SR. BRUNO YOHEIJI KONO
1866 RAMOS: Pois é. Não, ele me deu... Professor, eu estou fazendo,
1867 cumprindo, né? Mas realmente não é... infelizmente, não é no timing... A
1868 gente sabe que, por exemplo, quando a gente leva essa proposta para o
1869 governo federal, também eles precisam fazer toda a parte burocrática e
1870 de desenvolvimento lá, né? E, assim, não é... A gente também entende
1871 esse lado, e o nosso trabalho também, assim como tem o Prof. Treccani
1872 fazendo as solicitações, também a gente solicita. E a gente tem sido muito
1873 bem recebido nesse sentido, tá? Inclusive, o Estado do Pará que
1874 colaborou com a criação da plataforma Terras do Brasil, que é justamente
1875 a primeira... Qual é a intenção do MDA e do Estado do Pará? A partir das
1876 nossas experiências, criar uma plataforma, na verdade, que seja
1877 fundiária. Não é uma plataforma que seja ambiental, que eu pego por
1878 acessório a base fundiária. Não; é uma base fundiária, organização
1879 fundiária. Então, o Estado do Pará também contribuiu nesse processo, tá,
1880 a respeito desse... para mostrar realmente que a gente tem interesse de
1881 organizar a base e há essa parceria nesse sentido. Inclusive, outros
1882 Estados já estão solicitando qual é a metodologia que a gente está
1883 utilizando, seja para arrecadação, seja para qualificação da base, né?
1884 Então a gente está nesse processo, tá? Tchau, tchau, deputado. Um outro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1885 ponto que eu queria colocar era a questão da... que foi colocada pela Dra.
1886 Andréia, tá, sobre possibilidade de permuta, sobre crédito fundiário. Essas
1887 soluções, elas estão vindo muito para a mesa de mediação. Eu estou aqui
1888 com o nosso ouvidor também, Dr. Flávio Ricardo tem participado das
1889 reuniões. Então, assim, há possibilidade. Há possibilidade. E há uma
1890 outra possibilidade que nós levamos até em uma dessas reuniões, que o
1891 MDA nos dá essa... abre a porta para a gente, que foi a utilização do
1892 crédito fundiário para resolver problema de conflito fundiário, né? Eu
1893 estive eu acho que foi... tem duas terças-feiras, eu estive lá de novo,
1894 conversamos bastante com a equipe da Shirley, com o Herbet, a respeito
1895 disso, nos comprometemos a apresentar um fluxo a partir da experiência
1896 do Pará, a partir da experiência do Pará, para justamente colaborar...
1897 Imagina, a quantidade... a demanda nacional, e eu sempre falo: Olha, a
1898 gente também está aqui como técnico de vocês, para ajudar vocês a
1899 trazer a solução, e não só chegar lá e: "Toma aqui o problema. Ó, estou
1900 com conflito no Pará, e vocês precisam me ajudar a resolver, tá, Bruno?".
1901 Mas como? Então a gente tem essa predisposição para fazer isso,
1902 estamos fazendo isso nesse sentido, tá? Inclusive, o Estado do Pará
1903 também tem interesse de retomar áreas para promover ação de
1904 regularização fundiária. Então, na verdade, a gente tem dois movimentos
1905 aí: o movimento da possibilidade do abatimento de dívidas e passar a
1906 área para a União, mas o Estado do Pará também tem interesse em
1907 recuperar as áreas para promover as ações de regularização fundiária.
1908 Inclusive, a gente está... já conversei com o secretário Moisés a respeito
1909 disso, ele como coordenador da Câmara de Destinação de Terras
1910 Públicas, para levar alguns casos, que a gente está preparando o material
1911 agora, finalizando o material, que é, por exemplo, o do caso da Gleba
1912 Maguari, lá em São Félix do Xingu, que tem um conflito de mais de 40
1913 anos. E a gente começa a também utilizar essas ferramentas postas hoje



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1914 pelo governo federal a partir dessa nova legislação, para poder a gente
1915 também fazer o uso dela, né? O nosso ouvidor aqui está nos ajudando lá
1916 no ITERPA a criar uma plataforma que é de gestão de conflitos, ou seja,
1917 para a gente enxergar no Estado de fato, tematicamente, onde é que
1918 estão esses conflitos e qual é o status desses conflitos. A gente vai estar
1919 preparando uma primeira versão com os dados do ITERPA, mas depois
1920 nós vamos pedir a colaboração da Ouvidoria, como nós temos da
1921 Defensoria Pública, do MP, para a gente poder consolidar essas
1922 informações lá dentro também. E aí, tematicamente, a gente consegue
1923 enxergar o nosso Estado também. Onde é que está posicionado esse
1924 conflito, né? Vai ajudar também os nossos juízes das varas agrárias a
1925 realmente enxergarem essa dinâmica tematicamente no visual, porque a
1926 gente fica muito perdido, e parece também que o Estado do Pará é um
1927 barril de pólvora que só tem conflito, e não é verdade. Existem conflitos,
1928 mas a gente só consegue também se a gente conseguir fazer esse
1929 monitoramento. Então, o governo do Estado também está preocupado
1930 com isso e está criando essa plataforma. Antes de qualquer lançamento,
1931 nós vamos fazer a visita aqui, vamos conversar com o desembargador
1932 Mairton, vamos apresentar previamente para obter a colaboração
1933 também da comissão, seja de mediação, seja da Ouvidoria, também, tá?
1934 E por último, eu queria fazer um convite, na verdade, porque nós estamos
1935 na iminência de assinar um acordo que vai pôr fim a uma situação já
1936 histórica, que é a da Fazenda Paricá, né? Através da Fazenda Paricá,
1937 desse acordo, nós vamos conseguir fazer tanto um assentamento
1938 estadual quanto federal. Está sendo pilotado também pela nossa
1939 Procuradoria do Estado, procuradora Janyce Varela está aqui, e pelo Dr.
1940 Ricardo Sefer, pelo ITERPA e pelo INCRA Belém, e convergindo tudo
1941 aqui para o Dr. Mairton, para que dia 25, às 14h, a gente possa fazer esse
1942 ato histórico, que vai permitir criar tanto um assentamento do Estado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1943 quanto um assentamento federal, e mostrar que realmente a gente... nós
1944 estamos procurando essas inovações, né? Vai estar presente também,
1945 obviamente, o proprietário da área. Ou seja, todas as partes envolvidas.
1946 Então, também vocês são nossos convidados, porque eu acho que é uma
1947 nova cultura que a gente começa a realmente implementar e ter os
1948 resultados. Fizemos um ofício. Aí eu vou pedir realmente, Dr. Daniel, para
1949 que nós tenhamos essas reuniões preliminares de alinhamento sobre
1950 essas demandas, tá? A última vez que a Dra. Claudia esteve aqui, eu só
1951 tive conhecimento na véspera, tá? Então, é importante nós termos esse
1952 alinhamento, essa conversa. Inclusive, eu fiz um ofício para ela, depois
1953 eu posso lhe passar a cópia, o PDF desse ofício, que fala justamente isso
1954 que a Dra. Maíra colocou aqui: quais são os instrumentos que a gente
1955 pode utilizar, alternativos, que nos ajudem a resolver esses conflitos,
1956 como o Terra da Gente, Prateleira de Terras, né? Ou seja, o que engloba
1957 hoje o programa de regularização fundiária nessa nova repaginação que
1958 ele teve, nessa nova... na reestruturação que ele teve, justamente para
1959 que a Defensoria Pública tenha o domínio também dessa informação, nós
1960 tenhamos informação, a Procuradoria do Estado tenha informação, os
1961 juízes tenham informação, os agricultores familiares, os produtores rurais,
1962 enfim, o MP, para que a gente também possa orientar e ter esses
1963 instrumentos na nossa mão, tá? De resto, eu volto a parabenizar essa
1964 iniciativa, Dr. Mairton, de todos os membros, e agradeço muito a
1965 oportunidade de estar aqui falando que, de fato, existe essa parceria, só
1966 que ela está em constante construção, tá bom? E agradecer a presença
1967 mais uma vez de vocês, sendo muito importante para todos nós aqui.
1968 DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. [aplausos] DES. PRESIDENTE:
1969 Bom, gente, devido ao adiantado da hora, nós vamos encerrar. Eliana
1970 FRANÇA DOS SANTOS ZACCA: Dr. Mairton-- DES. PRESIDENTE:
1971 Antes, porém, eu queria-- FRANÇA DOS SANTOS ZACCA: Eu gostaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

1972 de falar também, se for possível, desembargador. DES. PRESIDENTE:
1973 Tá. Mas antes, porém, eu queria colocar para a Dra. Máira e para o Dr.
1974 Daniel que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através da Ouvidoria,
1975 está aqui para ser parceiro do INCRA, do ministério, do ITERPA, ou seja,
1976 de quem efetivamente solucione as situações devidas. Espero que,
1977 sinceramente, não fique só no discurso, vamos implementar efetivamente
1978 o que... a Dra. Máira vai me ter como interlocutor, está certo, doutora?
1979 Tudo que a senhora necessitar-- SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Uhum.
1980 Obrigada. DES. PRESIDENTE: Em relação do Estado do Pará e que eu
1981 possa especificamente esclarecer, fazer com que o INCRA funcione...
1982 Porque, sinceramente, doutora, até o momento não funciona, não. Não
1983 funciona. Infelizmente. A senhora está vendo, está vendo o... Os senhores
1984 não sabem, mas o próprio ministro estendeu o convite aos
1985 superintendentes daqui do Pará, e ninguém se fez presente. Ou seja, é
1986 preciso vir as pessoas de Brasília para aqui nos dar uma tranquilidade
1987 maior. E eu só tenho que agradecer a presença dos dois, certo? E,
1988 infelizmente, não sei o que é que está havendo com o INCRA paraense,
1989 superintendentes, que não comparecem. E tem uma ideia do deputado
1990 Bordalo, certo, de que as três superintendências se unam em uma só, em
1991 um representante só. A Dra. Máira, assim como o Dr. Daniel, aceitou a
1992 ideia com bom grado e vai, logicamente, ver se vai haver condições de
1993 produzir isso na prática, não é isso, doutora? Não é isso, meu doutor?
1994 Então, fica até mais fácil de nós podermos... né? A ideia foi boa, e ideia
1995 boas a gente sempre compra, como as ideias dadas pela Dra. Máira aqui
1996 são maravilhosas, viu, doutora? Espero com sinceridade que o INCRA
1997 agora, juntamente com o ITERPA, não faça só aquele aperto de mão que
1998 houve aqui, que efetivamente agora as tratativas andem, e esse pacto
1999 que foi feito [ininteligível] comece a ser cumprido, ou seja, arrecadar as
2000 terras do Estado e da União, e vamos para a frente, que a melhor coisa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

2001 seria essa. Aí espero com certeza, doutora, com certeza, que depois da
2002 vinda da senhora aqui e do Dr. Daniel nós termos um novo INCRA
2003 paraense para que nos dê a tranquilidade possível, né? Agora a doutora
2004 queria falar. Diga. ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA: Se for
2005 possível, desembargador. Primeiramente, queria agradecer a presença
2006 de todos e as informações prestadas. E, realmente, nós, como setor
2007 produtivo, nós precisamos urgentemente, é para ontem, que esses órgãos
2008 fundiários realmente passem a atuar e se entender. Parabenizo o Dr.
2009 Bruno. Nós tivemos uma parceria muito bem construída e efetiva de
2010 resultados na construção da nova Lei de Terras, na elaboração de novos
2011 valores de terra nua para a regularização fundiária, e isso fez, assim,
2012 avançar bastante, inclusive viabilizando mais segurança jurídica
2013 [ininteligível]. Infelizmente, nós temos que a maior parte do patrimônio
2014 fundiário do Estado está sob a responsabilidade do INCRA. Eu tive o
2015 trabalho de fazer um levantamento, que entre 2013 e 2017 41,3(F)
2016 milhões de hectares do patrimônio fundiário do Estado foram
2017 incorporados à União mediante criação de terras indígenas e unidades de
2018 conservação, terra... áreas essas que não são demarcadas,
2019 homologadas, não têm plano de manejo, não têm plano de fiscalização, e
2020 é então terra de ninguém, fica aberto, é terra de todo mundo. É aí que
2021 acontecem as maiores ações de grilagem, né? E mais do que isso: esse
2022 processo de federalização das terras do Estado continua avançando, com
2023 expansão de novas terras indígenas, novas unidades de conservação,
2024 terras quilombolas e desconhecendo que tem pessoas lá dentro há muito
2025 tempo e que têm sido alvo, assim, de uma violência sem precedentes,
2026 como se assistiu recentemente lá na desintrusão de terras indígenas,
2027 onde pessoas que estavam lá há mais de 40 anos foram simplesmente
2028 tiradas e sem a preocupação que tem do outro lado. Então, onde é que a
2029 gente vai realocar essa gente? Até hoje ainda tem gado lá morrendo,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

2030 comprometendo inclusive um programa de sanidade animal do Estado,
2031 que pode fechar inclusive as fronteiras do país, né? Nós temos município,
2032 pelo menos eu acho que mais de 20 municípios, que 100% são terras da
2033 União, porque a unidade de conservação é terra indígena [ininteligível]
2034 tem lá uma cidade, pessoas vivendo, pessoas produzindo, e que você não
2035 resolve essa questão. Então, o prefeito não é gestor... não está gerindo
2036 terra dele, do município; é terra da União. Essa situação precisa ser
2037 consertada, né? Nós temos um zoneamento econômico e ecológico que
2038 hoje as terras de... projetos de reforma agrária representam 18,2% do
2039 território paraense e 52,5% da área destinada à expansão e consolidação
2040 econômica do Estado. E é lá que se dá os maiores danos ambientais de
2041 desmatamento que são aí registrados, é dentro das áreas de [ininteligível]
2042 do INCRA. É culpa dos assentados? Não. Estão lá largados, sem
2043 nenhuma condição de infraestrutura e condições para produzir sequer
2044 assistência técnica. Então, ou o poder público se senta, se une e
2045 conversa, senão essa situação só pode piorar, porque nessa incerteza da
2046 doménidade(F) de terras está a raiz de todos os problemas do conflito do
2047 campo. Essas são as observações que eu queria fazer. Obrigada. DES.
2048 PRESIDENTE: Então, doutor... Pois não. SR. GIROLAMO DOMENICO
2049 TRECCANI: Muito rapidamente, Excelência. Gostaria, a partir da fala do
2050 Dr. Bruno, destacar uma coisa fundamental: o Estado do Pará é
2051 normalmente manchete nacional e internacional para aquilo que de ruim
2052 acontece, mas na sua fala o Dr. Bruno lembrou o acordo de cooperação
2053 que foi assinado... bom, foi assinado no caso entre o INCRA de Marabá e
2054 o ITERPA, mas eu gostaria de destacar aquele assinado em... algumas
2055 semanas atrás lá em Rio Branco, no Acre, onde a expertise do nosso
2056 Estado, através do Sicarf, foi adotada pelo MDA e INCRA. Lógico, ainda
2057 muitos passos precisam fazer... precisamos fazer para concretizar isso,
2058 mas é importante que fique gravado na Ata desta reunião como nossos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

2059 conhecimentos podem ajudar o Brasil. Obrigado. DES. PRESIDENTE:
2060 Então, conforme falei, devido ao adiantado da hora, não sei se a Dra.
2061 Maíra queria falar alguma coisa ainda, mas acho que não, né? SRA.
2062 MAÍRA CORACI DINIZ: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
2063 PRESIDENTE: Acho que não. Vamos-- SRA. MAÍRA CORACI DINIZ:
2064 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Doutora, queria
2065 falar? Fique à vontade. SRA. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA
2066 MEDEIROS: Só uma proposta de encaminhamento prático, uma
2067 sugestão. Eu mesma tinha uma questão... uma demanda específica com
2068 o superintendente de INCRA Nordeste, Manoel Raimundo, que não
2069 esteve aqui, então como uma sugestão de encaminhamento prático nós
2070 definirmos uma reunião com os três superintendentes do Pará com a
2071 presença da Maíra para que a gente, enquanto Comissão de Soluções
2072 Fundiárias, possa apresentar nossas demandas específicas e traçar um
2073 fluxo de parceria, né? SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: [pronunciamento fora
2074 do microfone]. SRA. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS:
2075 Híbrida. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Mas que enviassem para a gente
2076 quais são as áreas, os processos, antes, tá, que eu acho que aí é mais
2077 produtiva reunião. SRA. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA
2078 MEDEIROS: É uma sugestão. Se for acolhida-- SRA. MAÍRA CORACI
2079 DINIZ: Porque aí a gente levanta tudo antes e vem para a reunião já com
2080 as informações. SRA. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS:
2081 Perfeito. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Pode ser? SR. HORÁCIO DE
2082 MIRANDA LOBATO NETO: Na verdade, seria mais ou menos isso, até
2083 para a gente estabelecer o fluxo já de trabalho, né? SRA. MAÍRA CORACI
2084 DINIZ: Tá. DES. PRESIDENTE: Tá. SR. HORÁCIO DE MIRANDA
2085 LOBATO NETO: Porque a gente... na verdade, para a gente o INCRA é
2086 impessoal, né, a gente encaminha o convite... Tanto que a gente nem
2087 intima, a gente só convida as instituições a participarem das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

2088 interlocuções. E a gente [ininteligível] para o INCRA, para a
2089 superintendência respectiva. SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Eu vou deixar
2090 o meu contato. SR. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO: Aí a
2091 sugestão [ininteligível] senhora [ininteligível]-- SRA. MAÍRA CORACI
2092 DINIZ: Pode. Eu posso... SR. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO:
2093 Na Superintendência Regional [ininteligível]-- DES. PRESIDENTE:
2094 Calma. Calma, calma, doutora, calma. Não ponha [ininteligível]. SR.
2095 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO: [pronunciamento fora do
2096 microfone]. DES. PRESIDENTE: Muito bem, gente. Deixa-me lhe falar
2097 uma coisa. Eu já me comprometi com a doutora que qualquer situação
2098 que tenha, tanto com a Comissão de Grilagem quanto com a Comissão
2099 de Conflitos, eu vou ser o interlocutor dela. Vou cobrar, entendeu, vou
2100 cobrar da Dra. Maíra ou a presença dela aqui, que, muito grato, está aqui
2101 conosco, pessoa maravilhosa, e do doutor aqui, Dr. Daniel, também, que
2102 vai estar conosco aqui também. Eu vou ser o interlocutor deles, se
2103 porventura assim desejarem. Tudo que for em relação a terras, podem
2104 usar e abusar do Mairton, né? Eu estou aqui à disposição, viu, Dr. Bruno-
2105 - SRA. MAÍRA CORACI DINIZ: Obrigada. DES. PRESIDENTE: À
2106 disposição, assim como estou à disposição dos nossos juízes agrários,
2107 olha, de todas as pessoas que compõem aqui a Ouvidoria Agrária, né? E
2108 eu queria finalmente agradecer e informar que a nossa próxima reunião
2109 da nossa Comissão de Grilagem seria dia 26 de julho. Alguém está de
2110 férias? Olha aí, todo mundo. Ninguém quer trabalhar em julho. Olha aí.
2111 [risos] DES. PRESIDENTE: Então vamos passar para agosto, né? Dia 2
2112 de agosto está bom? Está bom 2 de agosto? ORADOR NÃO
2113 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. ORADORA NÃO
2114 IDENTIFICADA [02:46:50]: Não, não posso, desembargador. DES.
2115 PRESIDENTE: Não? [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Oi?
2116 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDOS, ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES
LIGADAS A GRILAGEM - CPMEAQLG

2145

2146

2147

2148

Des. MAIRTON MARQUESCARNEIRO
Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão de Soluções Fundiárias do
Poder Judiciário do Estado do Pará